



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CLAUDIA DE OLIVEIRA HERMANO

UM OUVIR DAS VOZES DOS/DAS PESCADORES/AS
INDÍGENAS DO TERRITÓRIO INDÍGENA COMEXATIBÁ:
UMA NOTA SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS MATERIAIS E SIMBÓLICAS
DA ESCASSEZ DE PEIXES

Salvador

2021

CLAUDIA DE OLIVEIRA HERMANO

**UM OUVIR DAS VOZES DOS/DAS PESCADORES/AS
INDÍGENAS DO TERRITÓRIO INDÍGENA COMEXATIBÁ:
UMA NOTA SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS MATERIAIS E SIMBÓLICAS
DA ESCASSEZ DE PEIXES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Meio Ambiente

Orientador: Profº. Ihering Guedes Alcoforado

Salvador

2021

H552 Hermano, Cláudia de Oliveira.

Um ouvir das vozes dos/das pescadores/as indígenas do território indígena Comexatibá: uma nota sobre as consequências materiais e simbólicas da escassez de peixes./ Cláudia de Oliveira Hermano. – Salvador, 2021.

79 f.; il.

TCC (Graduação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia. Orientador: Profº. Ihering Guedes Alcoforado.

1. Pesca. 2. Território indígena Comexatibá. 3. Extrativismo animal. 4. Meio ambiente – degradação. I. Universidade Federal da Bahia. II. Alcoforado, Ihering Guedes. III. Título.

CDD: 338

CLAUDIA DE OLIVEIRA HERMANO

**UM OUVIR DAS VOZES DOS/DAS PESCADORES/AS
INDÍGENAS DO TERRITÓRIO INDÍGENA COMEXATIBÁ:
UMA NOTA SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS MATERIAIS E SIMBÓLICAS
DA ESCASSEZ DE PEIXES**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 02 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora

Prof. Mestre Ihering Guedes Alcoforado de Carvalho

Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Livio Andrade Wanderley

Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes

Universidade Federal da Bahia

Dr. Víctor Hugo Martínez Ballesteros

Universidade de Santiago de Compostela

AGRADECIMENTOS

Agradecer ao meu bondoso Deus, que sempre me abençoou e das mais diversas formas esteve comigo, sem ele tenho a plena certeza de que não estaria aqui.

Aos meus lindos e maravilhosos pais, Leci e Everaldo, que sempre me apoiaram e lutaram por mim, minha base de sustentação. Obrigada mainha por sempre orar por mim e estar presente para o que eu precisar, obrigada painho por ser tão carinhoso, atencioso e gentil comigo, vocês são o meu porto seguro, amo vocês. Obrigada por cuidarem dos meus cachorros nesses anos que estive em Salvador.

Aos meus irmãos que sempre estão somando comigo, Eliana, que esteve caminhando comigo nesses últimos anos de faculdade e me deu muita força para continuar, Marília, que sempre se alegrou com todas as minhas vitórias, Lucas, que me ajudou a melhorar em matemática, Isabela, que sempre me ajudou muito. Aos meus lindos sobrinhos, Pedro e Levi que sempre alegraram meus dias. Vocês sabem, amo vocês.

Aos meus familiares que me incentivaram, e me deram apoio em todos os momentos que precisei. Aos meus avós Benedita, Regina e Benedito (*in memoriam*) e ao meu avô Raimundo. Obrigada por tudo.

As minhas amigas Elizete, Cida, Flor e Andréa, que foram como mãe pra mim desde muito tempo, sempre me ajudaram e me faziam acreditar que qualquer coisa era possível.

As minhas lindas amigas Michelle, Daniele, Renata, Layse e Iara, que estão comigo desde que me compreendo como gente, vocês têm um lugar especial em meu coração.

Aos meus colegas e amigos da faculdade de economia, sem vocês eu não conseguiria, em especial a Érik, Gisélia, Luísa e Vítor, obrigada por todos os momentos que compartilhamos, todas as risadas, desabafos, fofocas, dificuldades e alegrias. A minha amiga, colega e irmã, Luíza monteiro que esteve presente comigo desde o primeiro dia de aula, e mesmo mudando de curso, permaneceu comigo.

Aos colegas e amigos de antes e durante a UFBA que estiveram comigo nessa jornada, em especial a Cicilha, Daniel, Raiane, Santana, Thaís Carmona, Vanessa Irene, Douglas, Adrielle e Rodrigo. Obrigada por sempre fazerem muito por mim, tenho vocês no meu coração.

Ao grupo PET Comunidades Indígenas, sinônimo de resistência dentro da universidade, aprendi demais com todo o grupo, muito obrigada por tudo, nós somos incríveis.

A todos do projeto Livres Livros, ao qual tenho a oportunidade de participar, em especial a Érika e Raissa, vocês são maravilhosas.

A toda a faculdade de economia, aos porteiros que sempre nos recebiam bem às 7 horas da manhã, a todo o corpo docente, e aos funcionários que faziam a faculdade funcionar.

Ao meu orientador Ihering, que sempre me incentivou e esteve disposto a me ajudar, muito obrigada, professor.

A todas as pessoas que sempre torceram por mim e fizeram parte da minha jornada. A toda a minha igreja de Cumuru e de Salvador.

A toda a luta e resistência dos povos indígenas, sem essa luta não seria possível que nós povos indígenas adentrássemos na universidade. Um agradecimento especial a toda minha Aldeia Kaí.

Por fim, agradeço a todos os pescadores e pescadoras indígenas que se disponibilizaram a ajudar nesse trabalho, sem vocês a realização dele não seria possível. Minha eterna gratidão.

RESUMO

A atual pesquisa teve, como objetivo, investigar as causas apontadas para a escassez de peixes na comunidade indígena do Território Indígena (TI) Comexatibá e analisar quais impactos essa escassez causou à comunidade. A região, onde residem os indígenas do povo Pataxó, fica localizada no extremo sul do estado da Bahia, em Cumuruxatiba, distrito do município de Prado. O TI Comexatibá faz parte da RESEX CORUMBAU, a reserva que abrange a área marinha de Corumbau até Cumuruxatiba. A pesquisa teve intenção de enxergar a escassez a partir da perspectiva dos pescadores indígenas. Para chegar-se aos objetivos, foram realizadas visitas ao local, sendo feitas entrevistas semiestruturadas com sete pescadores, tecendo análises e comparações à luz das evidências elucidadas pela literatura da área; debatendo as falas, conceitos e achados científicos recentes. Nas entrevistas, ficou evidente que a pesca predatória e a degradação do meio ambiente foram percebidas como as principais causas da escassez de peixes. Entre os resultados, a discussão promovida em texto permitiu identificar alguns motivos e consequências à escassez: (1) concorrência com outros pescadores, nos anos mais recentes, (2) concorrência das técnicas tradicionais com as modernas, que geram maior impacto ambiental, (3) dificuldade em se associar e registrar-se aos órgãos de pesca, e (4) a ameaça sobre a cultura artesanal deste povo, a qual se mostra em declínio.

Palavras-chave: Território indígena Comexatibá. Reserva extrativista marinha de Corumbau. Escassez de peixes.

ABSTRACT

The current research aimed to investigate the causes pointed out for the scarcity of fish in the indigenous community of the Comexatibá Indigenous Territory (TI) and analyze what impacts this scarcity caused to the community. The region, where the Pataxó indigenous people live, is located in the extreme south of the state of Bahia, in Cumuruxatiba, a district in the municipality of Prado. TI Comexatibá is part of RESEX CORUMBAU, the reserve that covers the marine area from Corumbau to Cumuruxatiba. The research was intended to see scarcity from the perspective of indigenous fishermen. To reach the objectives, site visits were carried out and semi-structured interviews were carried out with seven fishermen, weaving analyzes and comparisons in light of the evidence elucidated by the literature in the area; debating the speeches, concepts and recent scientific findings. In the interviews, it was evident that overfishing and environmental degradation were perceived as the main causes of fish shortages. Among the results, the discussion promoted in the text allowed us to identify some reasons and consequences for scarcity: (1) competition with other fishermen, in recent years, (2) competition between traditional and modern techniques, which generate greater environmental impact, (3) difficulty in associating and registering with fishing agencies, and (4) the threat to the artisanal culture of this people, which is in decline.

Keywords: Comexatibá indigenous territory. Corumbau marine extractive reserve. Shortage of fish.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

TI	Território Indígena
RESEX	Reserva extrativista
ONG	Organização Não-Governamental
UC	Unidade de Conservação
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
PND	Parque Nacional do Descobrimento
PI	Proteção Integral
US	Grupo de Uso Sustentável
RESEX CORUMBAU	Reserva Extrativista Marinha do Corumbau
MTP	Ministério do Trabalho e Previdência

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Desenho do mapeamento da área do Resex Corumbau	17
Quadro 1	Principais aparelhos de pesca no estado da Bahia	23
Figura 2	Gráfico da distribuição da frota cadastrada no município do Prado no ano de 2007 (até junho)	24
Quadro 2	Propriedade privada, comum, pública, acesso aberto, bens meritórios, <i>civil common</i>	32
Quadro 3	Etapas e procedimentos tomados durante a elaboração da pesquisa	37
Quadro 4	Faixa etária dos pescadores e relação com a pesca enquanto trabalho	42
Quadro 5	Aldeia dos entrevistados em pesquisa	43
Quadro 6	Cruzamento das informações sobre a região onde pesca e a relação com a pesca enquanto trabalho	44
Quadro 7	Se possui a carteirinha de pescador	44
Quadro 8	Participação na associação de pescadores	47
Quadro 9	Técnicas de pesca mais utilizadas pelos pescadores entrevistados	49
Quadro 10	Embarcações utilizadas pelos pescadores entrevistados	50
Quadro 11	Destino da maior parte dos peixes pescados (principal destino)	52
Quadro 12	Período em que teve início e motivos principais à escassez de peixes	57
Figura 3	Canoas utilizadas pelos pescadores da região	71
Figura 4	Canoas e barcos a motor, utilizados pelos pescadores da região	72
Figura 5	Barcos a motor utilizados pelos pescadores da região	73
Figura 6	Canoas utilizadas pelos pescadores da região	74
Figura 7	Canoas utilizadas pelos pescadores da região, maré baixa	75
Quadro 13	Distribuição da frota cadastrada nas regiões Norte, Sul e Extremo-Sul do estado da Bahia, por município, no ano de 2007 (Até Junho)	76
Quadro 14	Nome comum e nome científico das principais espécies capturadas pela frota pesqueira do estado da Bahia	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 ORIGEM DA COMUNIDADE TRADICIONAL.....	14
2.1.1 Origens da chegada da comunidade à região	14
2.2 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DA RESEX CORUMBAU.....	15
2.3 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESTUDADA.....	17
2.3.1 O Território Indígena (TI) Comexatibá – origem e criação	17
2.3.2 A pesca na Bahia	21
2.4 ECONOMIA INDÍGENA E A RELAÇÃO COM A NATUREZA.....	23
2.5 OS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS.....	26
2.6 AS MEDIÇÕES CONCEITUAIS.....	27
2.7 A NATUREZA DOS BENS.....	28
2.8 OS DIREITOS DE PROPRIEDADE.....	29
2.9 GOVERNANÇA DOS RECURSOS DE PROPRIEDADE COMUM (OSTROM).....	31
3 METODOLOGIA	33
3.1 ESCOLHA DO ESCOPO METODOLÓGICO.....	33
3.1.1 Estudo de casos múltiplos	33
3.1.2 Grounded Theory (Teoria Fundamentada nos Dados)	34
3.2 ETAPAS DA ELABORAÇÃO DA PESQUISA.....	35
4 RESULTADOS	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO BASE PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	69
APÊNDICE B – IMAGENS DAS EMBARCAÇÕES UTILIZADAS PELOS PESCADORES DA REGIÃO	70

ANEXO A – QUADRO DA DISTRIBUIÇÃO DA FROTA CADASTRADA NAS REGIÕES NORTE, SUL E EXTREMO-SUL DO ESTADO DA BAHIA, POR MUNICÍPIO, NO ANO DE 2007 (ATÉ JUNHO).....75

ANEXO B – QUADRO DOS NOMES COMUM E CIENTÍFICO DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES CAPTURADAS PELA FROTA PESQUEIRA DO ESTADO DA BAHIA77

1 INTRODUÇÃO

As etnias que remanescem em territórios indígenas vivem em meio à grande vulnerabilidade em decorrência de sua situação econômica, observado que usualmente trabalham em vias do próprio sustento, há grandes dificuldades para os povos indígenas sobreviverem atualmente com tanto genocídio, desmatamento, poluição e com a própria invasão de seus territórios. Recentemente, um destes povos, que sobrevivem através da pesca artesanal, tradicional e focada na subsistência, têm encontrado desafios para realizar sua principal atividade devido à escassez de peixes marítimos, como é o caso do Território Indígena (TI) Comexatibá, localizado em Cumuruxatiba, distrito do município de Prado no extremo sul da Bahia.

Os povos do TI Comexatibá, região que integra parte da reserva extrativista (RESEX) Corumbau, se baseiam, histórica e tradicionalmente, nas atividades dos seus pescadores e pescadoras, os quais representam mão-de-obra familiar, praticando a pesca para se alimentar ou para o comércio em pequena escala.

A indefinição, definição vaga ou inadequada de direitos de propriedade relacionada aos recursos marinhos é uma das principais fontes de ameaças no setor pesqueiro mundial, pois concede livre acesso a pesca, motiva a pesca predatória e ilegal (BALLESTEROS *et al.*, 2013). A pesca predatória tem por objetivo aumentar a retirada de peixes em quantidade exacerbada, ou seja, uma pesca excessiva que não garante o tempo hábil para reprodução dos peixes, bem diferente da pesca artesanal feita pelos indígenas, que leva em consideração a rotatividade da natureza, ou seja, o seu tempo natural de reprodução.

Segundo Cordell (1989), as águas territoriais brasileiras são bens públicos de acesso gratuito. Oficialmente, desde que as embarcações sejam nacionais e registradas nos portos brasileiros, elas podem circular em qualquer lugar e pescar qualquer quantidade. No entanto, não existe uma verificação eficaz. As agências oficiais não têm capacidade para administrar com eficácia as atividades de pesca. É difícil imaginar como o grupo social politicamente desfavorecido dos pescadores de canoa pode manter o vasto espaço costeiro definido pela legislação brasileira como propriedade pública. Além disso, quase não existe mecanismo de defesa contra os empresários e pescadores estrangeiros que podem entrar nas áreas de pesca para praticar a pesca predatória sem motivos para respeitar os costumes e hábitos locais. O conflito com os barcos pesqueiros

começou em 1970, quando as redes de náilon surgiram e passaram a competir com as artes de pesca tradicionais para as mesmas espécies e mesmas áreas de pesca. Muitas dessas redes foram introduzidas por meio de projetos de desenvolvimento subsidiados por agências governamentais.

A pesca predatória tem prejudicado os estoques pesqueiros em todo o mundo e também tem atingido o extremo Sul da Bahia. Observa-se que, depois da criação da RESEX CORUMBAU, a comunidade pesqueira notou uma melhora gradativa na situação da escassez dos estoques pesqueiros. Entretanto, há alguns anos, os pescadores reclamam da diminuição de peixes no TI Comexatibá (FUNAI, 2014). Considerando estes pontos, o atual trabalho buscou analisar e compreender as causas e os impactos da escassez de peixes marítimos na comunidade pesqueira do Território Indígena Comexatibá.

Tendo em vista a redução do número de pescados, notada no litoral sul da Bahia, afirma-se a relevância em conhecer as principais causas e impactos para a escassez, tendo que muitas famílias dependem da pesca para sobreviver, sendo sua principal fonte de renda. Por conta da falta de peixes, os pescadores e pescadoras indígenas das comunidades aos poucos vão se afastando da atividade pesqueira, movimento notado recentemente (CAPELLESSO; CAZELLA, 2011).

Desta maneira, visando produzir conhecimento a partir das informações coletadas em pesquisa, através de entrevistas com os pescadores, o atual trabalho objetiva entender as causas para a escassez de peixes na comunidade indígena do TI Comexatibá, de acordo com a visão dos pescadores, e analisar quais os impactos que essa escassez tem causado na comunidade.

Enquanto objetivos específicos, pode se citar:

- a) Compreender a relação da população indígena Pataxó presente na área da RESEX CORUMBAU com a atividade da pesca artesanal marítima no Território Indígena Comexatibá;
- b) Conhecer e descrever a caracterização local, envolvendo o entendimento das articulações políticas locais e estaduais da reserva marinha;
- c) Entender a importância da produção econômica para as comunidades pertencentes à UC (Unidade de Conservação) da RESEX CORUMBAU, do setor sul;
- d) Entender como se dá o extrativismo da pesca artesanal marítima no Território Indígena Comexatibá;

e) Analisar como os pescadores descrevem a escassez de peixes, a partir de sua fala.

O presente trabalho analisará quais as causas da escassez e abordará quais os impactos que essa escassez trouxe para os pescadores e pescadoras artesanais do TI Comexatibá. As próximas seções serão expositivas do referencial teórico tomado para caracterização e compreensão da comunidade, da metodologia tomada para aquilatação das informações, além dos resultados das análises, considerações finais do trabalho, referências tomadas para a elaboração do texto e os apêndices e anexo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORIGEM DA COMUNIDADE TRADICIONAL

2.1.1 Origens da chegada da comunidade à região

O processo de colonização, conforme debatido nas produções historiográficas referentes à obra de Maria Hilda Paraíso (1994; 1998; 2006), influenciou larga e abruptamente a história dos povos indígenas, os quais usualmente compunham as aldeias, em famílias, ocupando espaços e habitando dimensões, existindo a partir de códigos específicos de socialização e de linguagem, observado que se tratava de vários povos, com múltiplas origens e culturas. Em movimentos de fuga dos múltiplos inimigos – dos colonos, dos europeus e das outras etnias e povos –, os povos indígenas migraram entre localidades e regiões pelo Brasil, passando a habitar novas regiões, mesmo um longo tempo pós-colonização, com o passar dos séculos.

Descreve-se que, a partir de 1548, a Coroa Portuguesa passou a ordenar por relações interétnicas em sua colônia americana e superar os conflitos existentes entre os grupos indígenas do litoral, que eram muitos, e os colonos. Neste momento, a conquista foi solidificada através da criação de aldeamentos e da ressocialização dos povos indígenas, tarefas entregues aos missionários, que criariam e administrariam estes espaços (PARAÍSO, 2006). Para Maria Paraíso, a Coroa pretendia “adequar os novos súditos às exigências do projeto colonial, resgatando-os do estado de barbárie e do domínio do demônio, o que os inicianos acreditavam ser possível, apesar de considerá-los como pertencentes a raças inferiores (PARAÍSO, 2006, p. 41).

Notadamente, a história versa quanto à resistência dos povos indígenas, que em certos períodos protagonizaram revoltas contra os colonos; sendo oprimidos, com o passar dos anos, pelos europeus, havendo considerável redução na quantidade dos povos. Pontua-se que, a partir do século XVIII, o extremo sul da Bahia passou a ser visto como uma solução à decadência econômica das capitanias. Entretanto, os povos indígenas que haviam migrado e se instalado, com o passar dos anos, nestes territórios, eram conhecidos por sua agressividade, o que se mostrou como um obstáculo à ampliação da exploração econômica e ao processo de povoamento da região (FUNAI, 2014).

Deve se destacar que haviam numerosos conflitos com os povos chamados Botocudos, o que intensificou o deslocamento de grupos indígenas, entre eles, possivelmente, os Pataxó (PARAÍSO, 1998, *apud* FUNAI, 2014). Afirma-se que

[...] os deslocamentos se deram no contexto de pressão das frentes de expansão econômica ao longo dos cinco séculos de ocupação desses estados, dispersando e, posteriormente, confinando os Pataxó nos limites das terras indígenas configuradas nos últimos 50 anos (FUNAI, 2014, p. 25).

Os relatos históricos colhidos e descritos no Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Comexatibá (Cahy/Pequi) descrevem a existência de indígenas Pataxó, que viviam de pesca, caça, coleta e agricultura nos entornos de Cumuruxatiba, ao longo das décadas. Nos períodos atuais, Cumuru (Cumuruxatiba também é chamada de Cumuru pelos nativos) é habitada pelos indígenas da etnia Pataxó, os quais se dividem em distintas aldeias (FUNAI, 2014).

A partir das conceituações apresentadas neste tópico, se torna mais clara a compreensão acerca da origem dos povos a serem estudados. Em seguida, será feita a caracterização territorial do local.

2.2 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DA RESEX CORUMBAU

Neste ponto, o atual trabalho descreverá o território, em vias de explanação e melhor abordagem sobre a comunidade que o ocupa. A Reserva Extrativista Marinha do Corumbau (RESEX CORUMBAU), fundada em 2000, encontra-se localizada no Extremo Sul da Bahia, entre Prado e Porto Seguro, possuindo uma área de aproximadamente 90.000 hectares (MOURA *et al.*, 2007) em águas e 65 km de praia (BUCCI, 2009). O perímetro é conhecido por ter grande extensão e diversificação de recifes de coral, sendo um lugar marcado, historicamente, pela vida marinha (MOURA *et al.*, 2007). Pontua-se que apenas a área marítima da zona costeira da RESEX se constitui uma Unidade de Conservação (FUNAI, 2014).

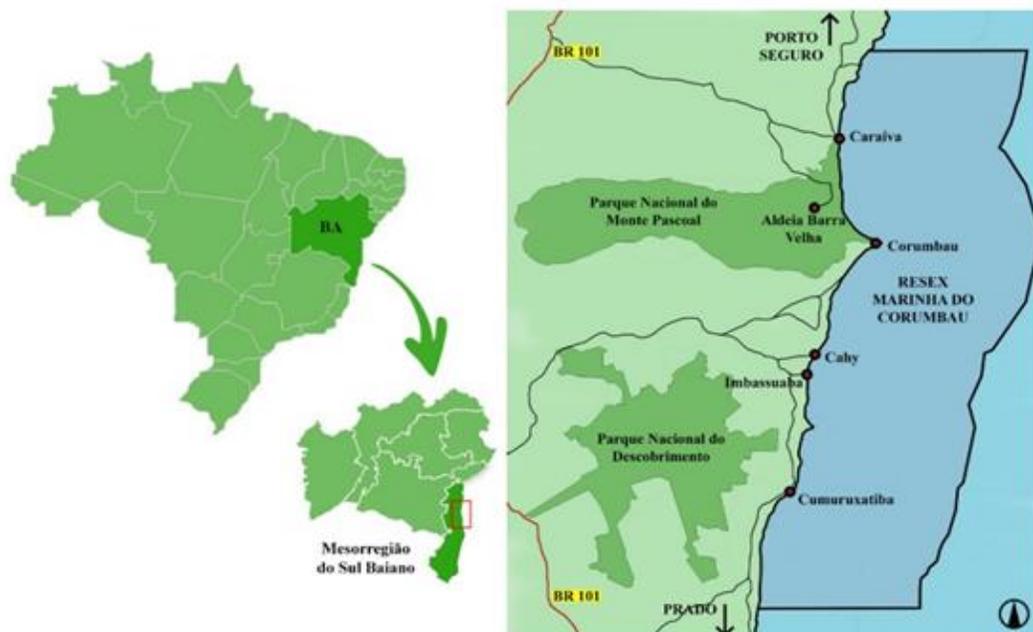
No local, residem cerca de 500 famílias extrativistas que residem em praias e manguezais na zona costeira adjacente. O local tem maiores rendas ligadas ao período de turismo e as famílias, além disto, dependem da agricultura de subsistência e extrativismo vegetal como atividades complementares à pesca ou outras atividades laborais. (MOURA *et al.*, 2007).

Atualmente, há 11 vilarejos de pequeno porte nas adjacências do local, podendo ser citados; Japara; Cumuruxatiba; Imbassuaba; Veleiro; Corumbau; Aldeia de Bugigão; Aldeia Indígena Barra Velha; Caraíva; Nova Caraíva; Curuípe e Espelho. Entre estes, os vilarejos com maior contingente habitacional e produção de pescado são Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva (BUCCI, 2009, p. 24).

O art. 1º da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. As Unidades de Conservação são espaços territoriais especialmente protegidos, e tem divisão de dois grupos, o grupo de proteção integral (PI) e o grupo de uso sustentável (US), o PI visa à preservação mais o uso indireto dos recursos ambientais, já o US visa a conservação mais uso sustentável, cada grupo é dividido por categorias, e a categoria de Reserva Extrativista está no grupo da US.

Em Cumuruxatiba, a reserva utilizada é a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau (RESEX CORUMBAU) que se situa no extremo sul do estado da Bahia, tendo como limite norte, a “Praia do Espelho”, município de Porto Seguro, e como limite sul a “Praia das Ostras”, no município de Prado.

Figura 1 – Desenho do mapeamento da área do RESEX CORUMBAU



Fonte: retirado de Ferreira, Andrade e Menezes (2018).

Como mostra a imagem acima (figura 1), Cumuruxatiba fica na zona sul da RESEX CORUMBAU.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESTUDADA

2.3.1 O Território Indígena (TI) Comexatibá – origem e criação

O Território Indígena (TI) Comexatibá pertence ao distrito de Cumuruxatiba, município de Prado, situado no extremo sul da Bahia. Cumuruxatiba é uma pequena vila de pescadores que tem cerca de 6.347 mil habitantes, segundo o último censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sua população é composta por nativos, migrantes e imigrantes. A etnia indígena que habita em Cumuru é do povo Pataxó, estando dividida entre seis aldeias (Alegria Nova, Tawá, Pequi, Tibá, Kaí e Dois Irmãos) (FUNAI, 2014).

O território ainda está em última fase de demarcação, porém, a área é protegida por distintos órgãos, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a RESEX CORUMBAU. O nome Cumuruxatiba deriva da língua indígena dos Pataxó e significa “grande diferença entre maré alta e maré baixa”, por conta das grandes variações de maré que ocorrem durante o dia (FUNAI, 2014).

A região ainda preserva sua cultura local, raízes e costumes. Localizada à beira mar, as suas praias atraem turistas, embora sua sazonalidade não garanta que as pessoas vivam somente das atividades ligadas ao turismo. Dessa maneira, no restante do ano, as pessoas atuam em diversas áreas de trabalhos na vila. As aldeias ficam na área rural e no centro (área urbana) ficam os mercados, posto de saúde, farmácias, escolas, etc. Algumas aldeias possuem escolas, porém, bem precárias. O modo de subsistência dos moradores do TI Comexatibá está baseado no extrativismo da caça, pesca, agricultura familiar e na confecção de artesanatos. A pesca é o principal meio de subsistência dos indígenas de Cumuruxatiba, indo além de um modo de subsistência, posto que se atrela à própria cultura do povo indígena, simboliza também o suporte da vida social e está diretamente ligada às formas de crenças e aos conhecimentos, além de se notar uma relação

histórica e familiar, dado que o ato da pesca é ensinado entre as gerações, transmitida além do tempo pelos mais velhos da aldeia.

A criação da área determinada para a RESEX CORUMBAU ocorreu por conta de conflitos vigentes na região: De acordo com Bucci, A RESEX de Corumbau foi criada “[...] em setembro de 2000, graças à iniciativa de pescadores artesanais de nove diferentes comunidades da região” (BUCCI, 2009, p. 12). Sendo

[...] resultantes de lutas e conflitos ambientais para assegurar a permanência de povos extrativistas tradicionais locais, nos lugares onde estão estabelecidos. A concessão do direito de uso exclusivo do território da Reserva a estas populações se dá pelo reconhecimento de que seus modos de vida estão relacionados com a manutenção dos recursos naturais. Isso implica que os costumes tradicionais locais destas populações estejam em comunhão com as propostas de conservação ambiental. Esta política pública socioambiental propõe uma parceria entre a cultura e o saber local com a sustentabilidade ambiental sugerida pelo conhecimento técnico-científico (BUCCI, 2009, p. 14).

Desta forma, a criação da RESEX se deu meio à mobilização da comunidade tradicional de pescadores artesanais, os quais utilizam e dependem, há muitas gerações, dos recursos pesqueiros da área. Eles se organizaram ao perceber que os seus estoques já rareavam e o seu cotidiano, ligado ao trabalho, à alimentação e à sua subsistência, sofria pressão externa, buscando apoio de algumas instituições locais e do Ibama (FUNAI, 2014, p. 199).

Anterior à criação da reserva, as informações acerca da comunidade local, revelavam:

[...] a situação do povo Pataxó vivendo em um contexto de extrema vulnerabilidade diante dos diversos conflitos estabelecidos na região, seja pela disputa territorial com os fazendeiros que reagem fortemente as ocupações, seja pelos conflitos com os beneficiários dos Projetos de Assentamento (PA) implantados pelo Incra em áreas tradicionalmente ocupadas pelo grupo indígena, ou ainda, com os agentes ambientais do então Ibama (hoje ICMBIO), tendo em vista as sobreposições das Unidades de Conservação (UC) com as áreas de ocupação histórica e tradicional dos Pataxó, a saber: Parque Nacional do Monte Pascoal, sobreposto à TI Barra Velha do Monte Pascoal, e o Parque Nacional do Descobrimento, sobreposto à TI Comexatibá (Cahy/Pequi) (FUNAI, 2014, p. 9).

A região é habitada, atualmente e historicamente, desde o século XVI, pelo povo indígena Pataxó. Há relatos anteriores a 1600 acerca do povo Pataxó como presente na faixa litorânea e, principalmente, entre os municípios Porto Seguro e Prado (FUNAI, 2014).

Os pescadores indígenas que compõem o escopo da atual pesquisa fazem parte das aldeias Pequi e Kaí.

Aldeia Pequi

A primeira aldeia a ser apresentada é a Pequi. Esta foi formada em junho de 2004, se dando a partir da retomada de uma área localizada dentro do Parque Nacional do Descobrimento (PND), estando a oeste da aldeia Tibá. A aldeia é composta, em predominância, pela família do cacique Baiara, que nasceu em Barra Velha e viveu na TI Mata Medonha.

Acerca do processo de reocupação do local, do território, observa-se:

[...] a aldeia Alegria Nova foi ocupada em 2003, e é outra área “retomada” dentro dos limites do PND, próxima ao rio do sul e ao córrego Três Capangas. Ressalte-se que as retomadas não se dão de forma aleatória, os lugares escolhidos estão sempre intimamente ligados ao passado recente de moradia de algum parente, lugares antigos e lugares vividos que tenham história Pataxó (FUNAI, 2014, p. 87).

O documento da FUNAI (2014) evidencia que os indígenas da região relataram pescar em represas de fazendeiros, não tendo permissão dos mesmos, tendo, por conta disto, medo de serem repreendidos. As autoras do texto e do trabalho de pesquisa científica, Sotto-Maior e Braga I Gaia, ressaltam, ainda, que em outras aldeias, Tawá e Cahy (ou Kaí, grafia adotada aqui), os pontos de local de pesca possuem acesso fechado à praia por conta do estabelecimento de propriedades privadas. O fechamento destes acessos implica em deslocamentos longos, tido que existiriam apenas dois locais de acesso à praia, para os indígenas, para a atividade de pesca (FUNAI, 2014, p. 160).

Ainda:

Algumas das praias e mangues são nomeadas com nomes de fazendeiros, o que é contestado pelos indígenas, assim como a apropriação privada de recursos naturais, como dito em frases nos capítulos anteriores. Uma das fazendas que fecham o acesso para a praia, na foz do Rio Cahy, era antigamente de Amansio (filho de Umbelina), pai do cacique Timborana. Segundo os indígenas, o atual dono retirou recentemente material arqueológico, potes de barro com ossadas, de dentro da fazenda (FUNAI, 2014, p. 161).

Deve-se ressaltar o impacto que o bloqueio do acesso realizado pelas propriedades privadas estabelecidas no local vai além de meramente dificultar o deslocamento do pescador, afetando

objetivamente sua alimentação, sua vida e cotidiano. Aponta-se que “além da praia, essas propriedades bloqueiam o acesso também ao mangue e ao apicum, que são áreas importantes para os Pataxó, onde eles coletam caranguejo, guaiamum e siri” (FUNAI, 2014, p. 161).

Aldeia Kaí

A aldeia Kaí também está localizada dentro do Território Kaí/Pequi, fazendo parte da terra indígena de Comexatibá, tendo sido reconhecida em 27 de julho de 2015. A comunidade, formada por 57 famílias, contando aproximadamente 186 pessoas, possui lideranças coletivas. Pontua-se que as crianças são maioria – sendo de extrema importância ao enfrentamento de lutas e desafios (CASTRO; FONSECA, 2019).

Após muitos conflitos, [...], hoje, a Kaí vive a reconstrução de sua aldeia, com grandes conquistas. Entre elas, a construção do poço artesiano, pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Governo Federal, o projeto luz elétrica, a criação da Associação Indígena Pataxó da Aldeia Kaí (AIPAK), a aprovação da ampliação da escola, além da construção e finalização da Kijêmi de Cultura pela comunidade e pelos apoiadores. (CASTRO; FONSECA, 2019, p. 79).

Nos tempos recentes, a comunidade trabalha em outros projetos voltados à educação ambiental, pesca, agricultura e artesanato na aldeia, dentre outros temas (CASTRO; FONSECA, 2019).

O livro publicado por Castro e Fonseca (2019) aborda e descreve a Aldeia Kaí, construindo uma cronologia que permite compreender o percurso e o processo de luta e resistência do povo indígena na região, ajudando a explicar a presença pataxó em Cumuruxatiba. Afirma-se, no texto, que “os pataxó estão em Cumuruxatiba desde sempre, muito antes da 1ª invasão dos portugueses na Foz do Rio Kaí e lutam até hoje para manterem vivos seus costumes, sua língua, suas tradições e seu território” (CASTRO; FONSECA, 2019, p. 79).

Em texto, o livro torna explícito que o processo de retomada do território se deu desde 2000, tendo o Parque Nacional do Descobrimento sido criado um ano antes, em 1999. O ano de 2003 marcou a segunda retomada da Aldeia Kaí além dos limites do PND, quando se passou a dar início aos conflitos com o ICMBio e com as questões ligadas à gestão do PND. Em 2004, deu-se a criação da Escola Estadual Indígena Kijêtxawê Zabelê e, após este período, denota-se substanciais avanços ao povo, através da luta e reivindicação: em 2016, deu-se a criação do

Colégio Estadual Indígena Kijêtxawê Zabelê, inserindo o Ensino Médio, no mesmo ano havendo reintegração de posse, e em seguida, destruição da aldeia e reconquista do território. Em 2017, finaram-se os conflitos com a gestão do PND e com o ICMbio, depois do estabelecimento de um acordo entre FUNAI, indígenas e o Ministério Público (CASTRO; FONSECA, 2019, p. 74-75).

2.3.2 A pesca na Bahia

A pesca é uma atividade comercial desenvolvida ao longo de todo o litoral brasileiro, com área litorânea de mais de 8.500 quilômetros de extensão, de grande importância social e econômica para o grande contingente de trabalhadores dessas áreas. A atividade pesqueira é regida pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca – MAPA (BRASIL, 2009).

As variedades de pescas praticadas no Brasil segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura são as seguintes:

- a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
- b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolve pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;
- c) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;
- d) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;
- e) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.

Deve se reforçar para a região Nordeste do Brasil como local onde há maior número de pescadores, contando com aproximadamente 60% do número nacional. Apesar de possuir grande número de pescadores, a literatura aponta que os pescadores tradicionais da região Nordeste ficam em penúltimo em termos de produtividade média anual e em termos de renda média anual,

quando comparada às outras regiões do país (ALENCAR; MAIA, 2011). No estado da Bahia a pesca é majoritariamente praticada por pescadores artesanais ou de subsistência, dessa forma a pesca é praticada mais próximo da costa marítima utilizando aparelhos e práticas mais simples.

O quadro 1, a seguir, expõe os principais aparelhos de pesca utilizados no Estado da Bahia.

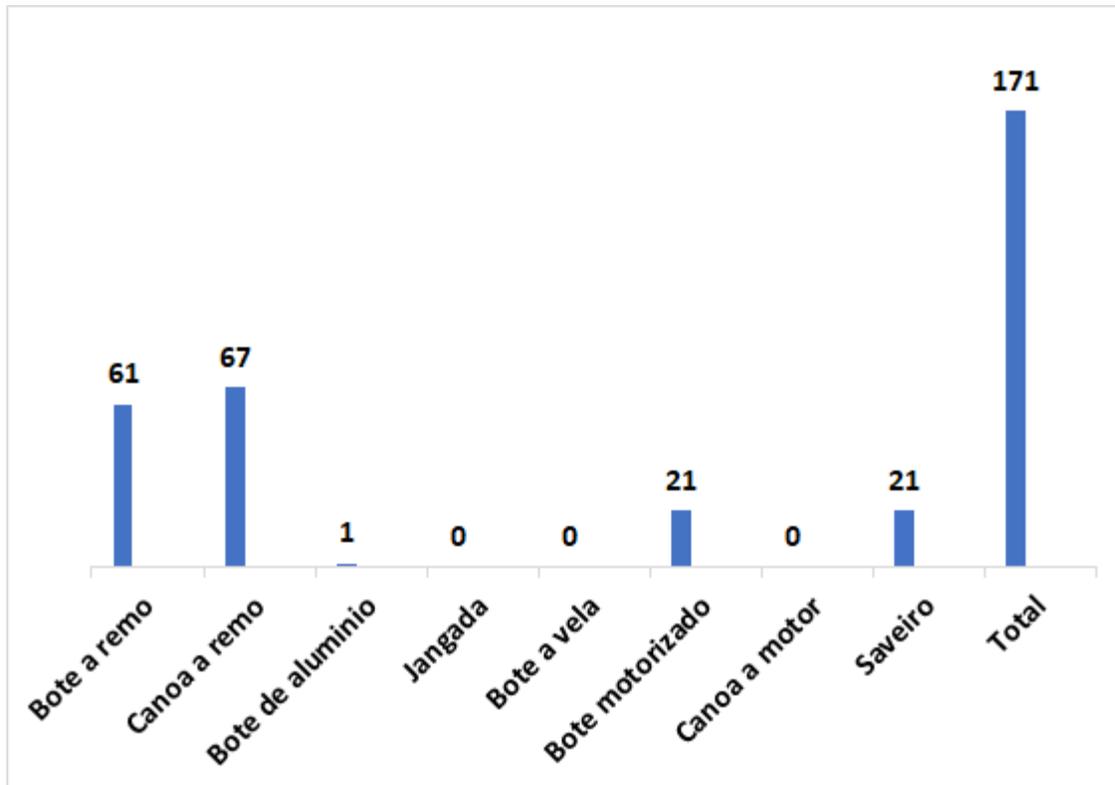
Quadro 1 – Principais aparelhos de pesca no estado da Bahia

Arrastão de praia	Covo aratu	Linhas/rede de espera	Rede de arrasto
Bicheiro	Covo camarão	Linha/manzuá	Rede de arrasto/linha
Caçoeira	Covo peixe	Mangote	Camarãozeira
Caçoeira/espindel	Covo siri	Manzuá	Rede de espera
Caçoeira/linha	Espindel/manzuá	Mergulho livre	Rede de espera/manzuá
Coleta/linha aratu	Espindel	Puça	Ressa para peixe
Coleta manual	Jereré	Rede de abalo	Rede/espindel
Compressor	Linha/espindel	Rede de Calão	Rede de espera/tarrafa
Coleta/rede de espera	Linha para aratu	Rede de cerco	Tarrafa
Curral	Linha	Rede de cerco com apoio	Rede de troia

Fonte: dados cedidos pela Bahia Pesca (2007).

Os dados disponibilizados pela Bahia Pesca (2007) são defasados, porém são os mais atuais em termos de cadastros sobre a pesca na Bahia, porém não é somente na Bahia que os dados são defasados; isto ocorre no Brasil inteiro: o órgão internacional *Food and Agriculture Organization* (FAO, 2021) relata tal dificuldade de obter dados e fazer o monitoramento da pesca no Brasil. Os dados acerca da distribuição da frota cadastrada no município de Prado, em 2007, podem ser vistos no gráfico a seguir.

Figura 2 – Gráfico da distribuição da frota cadastrada no município do Prado no ano de 2007 (até junho)



Fonte: Elaboração própria com dados cedidos pela Bahia Pesca (2007).

Mesmo sendo dados defasados, a crescente revela que a maioria dos pescadores que tem suas embarcações cadastradas utilizam principalmente bote a remo e canoa a remo: embarcações que, normalmente, têm menores custos.

2.4 ECONOMIA INDÍGENA E A RELAÇÃO COM A NATUREZA

Na literatura da área, há um baixo número de trabalhos acadêmicos que abordam a vivência dos povos indígenas, e assim, poucos trabalhos sobre os aspectos de sua economia. Deve-se pontuar que cada etnia possui especificidades e não se pode generalizar um modelo ou uma proposição de modelo para a economia de um povo a outros, dado que cada cultura envolve o seu próprio modo de viver.

Um artigo produzido em 2014, sobre os Ticuna, exhibe e explica uma forma de economia indígena (MACÊDO *et al.*, 2014), podendo servir de exemplo, considerando, entretanto, que não há uma definição ampla e plena do que é economia indígena. A alimentação dos Ticuna é baseada, também, no consumo de peixe, determinado pelas variações ecológicas sazonais, pela oferta de captura nas pescarias e pelas escolhas do que é comercializado ou consumido. Antes de vender ou doar parte do peixe capturado, os pescadores guardam suas espécies favoritas e aquelas com baixo valor comercial (SILVA, 2007, p. 134).

O pescado que não é destinado para o consumo, é posto para ser comercializado. Entretanto, este apresenta uma característica diferenciada – é adquirido (pescado ou comprado) em quantidade superior à necessária para suprir as necessidades dos indígenas, devido ao seu preço de mercado ser valorizado pela proximidade com a cidade. Além disso, ele é um dos produtos básicos nos hábitos alimentares amazônicos e um dos recursos naturais mais abundantes e mais intensamente explorados na região amazônica (CERDEIRA; RUFFINO; ISAAC, 1997, p. 214). Os Ticuna possuem íntima relação com os peixes por conta de sua localização estratégica à beira do rio, a qual facilita o acesso ao pescado, fazendo com que muitos moradores da TI exerçam a ocupação de pescador. Porém, esse potencial não é totalmente explorado.

O autor Luciano (2006) classifica a economia indígena em três estágios. O primeiro se refere às economias indígenas tradicionais que privilegiam princípios de reciprocidade, troca, intercâmbio, solidariedade e autonomia produtiva. Em segundo, apresentam-se as economias indígenas tradicionais em vias de adaptação: uma das formas atuais de produção capazes de satisfazer as velhas e as novas necessidades geradas pelo contato com os não indígenas. O terceiro estágio apresenta a economia indígena segundo a lógica de mercado, a partir das demandas do mercado, privilegiando formas produtivas voltadas para suprirem as necessidades externas, portanto, segundo as regras impostas pelo mercado (LUCIANO, 2006).

Schröder (2003, p. 19-23) apresenta os seguintes critérios analíticos para determinar as economias indígenas: os povos indígenas estão quase totalmente envolvidos; principalmente formas auto sustentáveis de produção (agricultura de corte e queima, caça, coleta, pesca, etc.); unidades de produção e de consumo, geralmente unidades familiares ou grupos familiares; falta de instituições formais de produção e distribuição ou baixo nível de organização; grau reduzido de especialização e especialização em tecnologia de produção; circulação restrita de produtos

principalmente nos níveis local e translocal; relações de troca monetária; autossuficiência é o objetivo principal do sistema econômico (não empresarial); as dimensões raciais e interétnicas do sistema econômico (em oposição às dimensões nacional, internacional e global).

Assim, se percebe que a economia indígena apresenta semelhança com a economia familiar ou de subsistência, por isso a dificuldade em se encontrar um conceito que abarque e identifique como de fato se estrutura tal sistema produtivo. A economia indígena está, portanto, notadamente associada à natureza – está definida aqui enquanto o mundo físico, ou seja, o conjunto de coisas naturais que realmente existem (CASTRO, 2007).

O termo indígena se refere às diversas populações indígenas do continente sul-americano, conhecidas como sociedades tradicionais. Estes povos seriam os indivíduos que possuem origens biológicas e acreditam pertencer a povos indígenas, possuindo características culturais, línguas e costumes específicos (BRASIL, 1973). Para os indígenas, as atividades produtivas são basicamente de subsistência. Portanto, eles são fortemente dependentes de recursos naturais e renováveis, e estes são os mantenedores de seu estilo de vida específico.

Jacobi (2003) destacou que a sustentabilidade é um novo padrão básico e abrangente, o que significa a inter-relação do equilíbrio ambiental e uma ruptura com o modelo de desenvolvimento atual. Carneiro (2006) discutiu a importância do papel fundamental da terra para a continuidade e proteção dos povos indígenas do ponto de vista jurídico. Em sua pesquisa, ele discutiu questões como o desenvolvimento auto sustentável com base nos princípios e dispositivos da Constituição Federal de 1988, que garantem aos povos indígenas os direitos dos proprietários originais das terras que tradicionalmente ocupavam.

A natureza é culturalmente parte de seu estilo de vida específico, permeando diretamente relações complexas do comportamento coletivo de seus ancestrais, mesmo em grupos étnicos diferentes.

Para os povos indígenas, a propriedade da terra é um direito inato, pois esses grupos têm relações históricas e culturais com suas terras há muitos anos (CARNEIRO, 2006). Portanto, a relação com a terra vai desde o espaço físico relacionado à floresta até o ambiente classificado pela diversidade, sendo a terra um local de caça e pesca para a sobrevivência de uma comunidade (SOUZA, 2015).

Razera, Bocco e Pereira (2006) argumentam que os povos indígenas gozam de autonomia socioeconômica na caça e pesca. Para os povos indígenas, a sustentabilidade está diretamente

relacionada à sua sobrevivência. Vieira, Kalhil e Ruiz (2012) apontam que, além de procurarem por alternativas rentáveis através de práticas sustentáveis (tal qual o artesanato), as comunidades indígenas também repassam valores às gerações futuras para a manutenção da sustentabilidade e manutenção de seus costumes. Pode-se compreender, assim, uma notável proximidade entre os povos indígenas e a natureza, com as quais interagem constantemente, em vias de sua sobrevivência; relação tão íntima que se torna característica descritiva própria destes povos.

2.5 OS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Por conta da vasta relevância dos bens naturais para a sobrevivência física e simbólica das comunidades indígenas, faz-se elementar uma consideração sobre a utilização destes recursos, em vias da não degradação, da não poluição, assim como de sua preservação, sem causar perturbações aos ecossistemas e às dinâmicas pertinentes à natureza.

Assim, propõe-se distintas políticas que versam quanto ao uso dos recursos naturais renováveis, buscando-se reforçar para a promoção da utilização dos recursos existentes reconciliada a uma adequada distribuição de renda (ALLEGRETTI, 1992). Conforme coloca Soares, o uso sustentável da terra, com a conservação e manejo dos recursos naturais, possibilita um desenvolvimento ecologicamente sustentável, sendo vital a fiscalização quanto à conservação destes recursos (SOARES, 2002).

Segundo Martínez-Alier (2007) os recursos naturais são renováveis, mas também são esgotáveis. O interesse individual às vezes leva à exploração excessiva de recursos renováveis, isto é, de uso superior à sua regeneração natural, para viver de “capital” em vez de “interesses”. É o que acontece quando se fala em sobrepesca, degradação florestal devido à exploração excessivamente intensiva ou ao sobrepastoreio. Existem muitas evidências de que a taxa de exploração da maioria dos pesqueiros importantes situa-se num nível insustentável; na esfera global, nos últimos anos, tem havido uma quase estagnação ou mesmo – desde alguns anos atrás – diminuição das capturas mundiais, apesar do constante crescimento da frota global e inovações em técnicas de captura. Parece claro que o fator fundamental para o colapso da pesca foi a pesca excessiva. Para saber quais capturas são possíveis e quais não são, é uma questão cuja resposta varia dependendo se uma perspectiva curta é adotada ou a longo prazo.

No curto prazo, um esforço muito elevado levaria a retornos decrescentes devido à diminuição da população de peixes, já no longo prazo a relação entre esforço e captura não é sempre crescente. As variações da população são resultado de dois fatores: o crescimento biológico e a captura. Pode-se ter esforço e capturas sustentáveis.

A visão de grande parte da teoria econômica é que um recurso é explorado excessivamente quando não há direitos de propriedade privada claramente definidos. O que é particularmente questionável é a identificação frequente da exploração da propriedade individual com a “eficiência econômica”. A propriedade privada de um recurso renovável não garante que ele seja explorado de maneira sustentável, nem mesmo que o recurso não seja exaurido.

As causas de a rentabilidade econômica levar à superexploração do próprio recurso são o lucro privado e o desconto do futuro. O lucro privado não leva em consideração todas as relações ecológicas de um recurso dentro de um ecossistema para a resiliência ou estabilidade, mas considera apenas a sua capacidade de gerar bens comercializáveis. O desconto do futuro mostra que quando há acesso livre ao recurso, ninguém leva em consideração as consequências futuras de suas decisões, mas apenas os benefícios atuais, como se a taxa de desconto fosse infinita. Mas quando há propriedade privada, os proprietários se preocupam com o futuro de forma limitada, o futuro é descontado e pode ser lucrativo esgotar o recurso para dedicar o dinheiro a outros fins. Em função disso somos postos diante de um problema de regulação do acesso aos recursos, o que no caso em tela assume uma característica muito peculiar (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

2.6 AS MEDIÇÕES CONCEITUAIS

2.6.1 A tragédia dos comuns

Segundo Hardin (1968) A tragédia dos comuns, é uma situação em que indivíduos agindo de forma independente e racionalmente de acordo com seus próprios interesses se comportam em contrariedade aos melhores interesses de uma comunidade, esgotando algum recurso comum. A hipótese levantada pela "tragédia dos comuns" declara que o livre acesso e a demanda irrestrita de um recurso finito terminam por condenar estruturalmente o recurso por conta de sua superexploração.

Como as guerras tribais, a caça ilegal e as doenças deixaram as populações humanas e animais muito abaixo da capacidade de renovação das populações de peixes, esse mecanismo pode operar de maneira satisfatória por séculos. No entanto, o último é o dia do julgamento, o dia em que o objetivo de longo prazo de estabilidade social se torna uma realidade. Nesse ponto, a lógica interna comum produz implacavelmente a tragédia. Todo mundo está preso em um sistema que o obriga a aumentar sua captura indefinidamente - em um mundo limitado. A destruição é o destino de todos, e todos buscam seus próprios interesses em uma sociedade que acredita na liberdade dos bens comuns.

A liberdade no espaço aberto (comum) trará destruição para todos. As nações oceânicas ainda responderão automaticamente ao mito da "liberdade dos mares". Para Hardin (1968) acreditar que "os recursos do oceano são inesgotáveis" aproximaram todos os tipos de peixes da extinção. A tragédia dos comuns pode ser evitada por meio da propriedade privada ou algo semelhante. No entanto, o ar e as águas que nos cercam não podem ser facilmente cercados, portanto, devemos evitar a tragédia dos comuns por outros meios. Mas, além do problema de acesso aludido acima, temos no caso em tela a grande relevância da atividade não só para a sobrevivência econômica da população como também da sua sobrevivência simbólica, dado o recurso pesqueiro também assumir nesse contexto o status não só de um bem meritório, mas também de um *civil commons*.

2.7 A NATUREZA DOS BENS

2.7.1 Bens meritórios

Musgrave e Musgrave (1980) chamaram a atenção para a existência de grupos de bens que a nossa sociedade não permite ser alocada na forma como a preponderância de bens, esses bens são chamados de bens de valor, e às vezes como bens que respondem ao mérito. Os autores caracterizaram esses bens pelo fato de que as decisões quanto à sua compra e usos, não adequadamente, levam em conta seus custos (ou benefícios) para os outros na sociedade.

Por exemplo, dentro da comunidade indígena do TI Comexatibá o território é inalienável, ou seja, não pode ser vendido e nem cedido, a pesca só pode ser feita por membros da comunidade, mesmo que os membros não possuam equipamentos ou não queiram pescar, eles não podem de

maneira alguma ceder para outra pessoa de fora da comunidade fazer a pesca, não pode haver transferência de direitos de captura. Mesmo que eles não queiram aquele bem eles são obrigados a permanecer com eles, mesmo que do ponto de vista econômico isso seja ineficiente (ICMBIO, 2002).

Civil commons

Segundo McMurtry (2008), *civil commons* é um conceito unificado usado para especificar estruturas sociais que permitem o acesso universal aos bens de vida. Os sistemas de suporte de vida são os principais bens comuns, desde que a sociedade os proteja e permita sua reprodução e fornecimento para todos os seus membros. A cultura indígena pode ser apontada como um *civil commons*, já que seus conhecimentos tradicionais são repassados para todos os membros da comunidade.

Em função do exposto acima torna-se fundamental ressaltar os aspectos aludidos: bens meritórios e *civil commons* na nossa apreensão dos direitos de propriedade.

2.8 OS DIREITOS DE PROPRIEDADE

Segundo Ballesteros e Alcoforado (2009) a crescente pressão sobre os recursos naturais renováveis têm ameaçado sua exploração sustentável, estimulando uma ampla reflexão sobre o controle do acesso aos referidos recursos. A ideia central exposta em *The Tragedy of the Commons* (1968) é que quando um recurso natural renovável é utilizado por um coletivo, sem restrições na entrada, sem restrições no uso, e sem custos para os usuários, então dito recurso será sobreexplorado, levando a Tragédia dos Comuns. Sabemos que o regime de propriedade comum, favorece a sobre exploração dos recursos naturais.

A tragédia dos comuns está ligada à consumação de um chamado regime de propriedade comum, que é definido por duas características: (i) não há restrições ao uso; (ii) não há restrições ao acesso ao recurso natural. Esta nomeação é incorreta, uma vez que as duas condições acima são

as características definidoras do regime de Acesso Livre. A propriedade privada pode revelar-se um sistema ideal para a exploração de recursos naturais com grande potencialidade de sucesso tanto econômico como ambiental, uma vez que o estabelecimento e a imposição dos direitos de propriedade privada muitas vezes proporcionam arranjos institucionais para a exclusão.

No caso da gestão dos recursos naturais pelo Estado, também foram observadas diferentes experiências nas quais o resultado da exploração de recursos é eficiente, tanto na delimitação de direitos e obrigações de exploração, como em termos de eficiência econômica e sustentabilidade. Mas tanto a propriedade privada quanto a pública podem derivar de experiências bem-sucedidas ou de outras em que os recursos naturais são gerenciados de maneira ineficiente.

A conexão entre os regimes de propriedade e o modo como os recursos são gerenciados vão em várias direções. Em uma direção, a noção de bens públicos foi avançada e, nesse sentido, os regimes de propriedade são definidos por duas características comuns: (i) exclusividade; (ii) rivalidade, de tal forma que, dependendo do regime de propriedade, essas características sejam mais ou menos agudas. Em outra direção, tem havido progresso no estabelecimento das evidências pelas quais a própria natureza dos regimes de propriedade determina as obrigações e direitos dos agentes econômicos envolvidos no uso dos recursos ambientais, que dependem de como eles são definidos, estabelecendo mecanismos de exploração sustentável. Ou seja, direitos de propriedade bem definidos estabelecem sob quais condições e por quem (e por quem não) os recursos podem ser usados e com que intensidade.

É importante definir apropriadamente os regimes de propriedade, os diferentes regimes aplicáveis à exploração dos recursos naturais e as suas características em função do controle legal sobre o recurso. Os regimes de propriedade são: I) Livre acesso; II) Propriedade Comum; III) Propriedade Privada; IV) Propriedade Pública e as novas modalidades; V) Bens meritórios e VI) *Civil Commons* (BALLESTEROS; ALCOFORADO, 2009).

Para a demonstração de todos os bens tratados neste trabalho, foi produzido um quadro que os explicita:

Quadro 2 – Propriedade privada, comum, pública, livre acesso, bens meritórios, *civil common*

Tipo de propriedade	Proprietário	Exemplo	Acesso	Utilização	Gerenciamento	Exclusão
Privada	Privado	Título para a terra	Controlado pelo proprietário	Proprietário	Proprietário	Proprietário
Comum	Comunidade	Terra comum	Controlado por proprietários conjuntos	Proprietários conjuntos	Proprietários conjuntos	Proprietários conjuntos
Pública	Estado	Parque nacional	Controlado pelo estado	Nenhum	Pelo estado	Estado
Livre Acesso	Ninguém	Pesca	Descontrolada	Descontrolado	Nenhum	Nenhum
Meritórios	Estado	Território pesqueiro	Controlada pela comunidade	Comunidade	Mix (comunidade inserida no refino estatal)	Comunidade
<i>Civil common</i>	Comunidade	Cultura indígena	Restrito	Comunidade	Comunidade	Comunidade

Fonte: Elaboração própria.

Estes conflitos na pesca do sul da Bahia demonstram que a “tragédia dos comuns” pode ser contida pelas formas tradicionais de apropriação dos pescadores, ao mesmo tempo em que pode ser gerada pela desorganização dessas instituições.

2.9 GOVERNANÇA DOS RECURSOS DE PROPRIEDADE COMUM (OSTROM).

Elinor Ostrom desenvolveu uma linha de pesquisa sobre os bens comuns influenciados pela nova economia institucional, a estrutura de governança comunitária. Seu trabalho descreve a formação de uma relação sustentável entre o homem e o ecossistema, através de arranjos institucionais.

Segundo Ostrom (1990 *apud* SABOURIN, 2010), para atender a situação de interdependência de atores heterogêneos, a ação coletiva é implementada por meio de um sistema definido (instituição) como um conjunto de regras e normas que são efetivamente aplicadas por um grupo de indivíduos para organizar sua atividade. A ação coletiva depende da capacidade de formular e

ajustar regras comuns, e sua institucionalização no grupo constitui um incentivo à cooperação e ao compartilhamento.

A análise de Ostrom dá atenção especial à reciprocidade, confiança (e reputação) como os conceitos-chave da ação coletiva (OSTROM, 2003), que existem em dispositivos que usam emoções morais e interesses materiais como base da cooperação econômica humana (GINTIS *et al.*, 2005).

A confiança é definida como um certo nível de probabilidade de que um agente seja atribuível a outro agente no sentido de que determinado comportamento será realizado. Os indivíduos alcançam resultados melhores do que a racionalidade, criando condições para reciprocidade, confiança e reputação para ajudar a superar ou reduzir a tentação de interesses egoístas. Portanto, do ponto de vista da economia, a reciprocidade não só constitui uma categoria econômica diferente da troca comercial, mas também um princípio que se opõe ou mesmo se opõe à troca.

Quando os métodos de gestão dos recursos públicos baseados na reciprocidade são reconhecidos pelo Estado e pelas políticas públicas, a relação de compartilhamento geralmente pode ser reorganizada (atualizada) no âmbito da nova estrutura institucional para melhor se adaptar ao ambiente atual (OSTROM, 2003).

3 METODOLOGIA

3.1 ESCOLHA DO ESCOPO METODOLÓGICO

3.1.1 Estudo de casos múltiplos

A atual pesquisa baseou as suas análises, quanto ao conjunto de métodos empregados, nos preceitos da teoria cunhada de estudo de casos múltiplos, dando ênfase às elaborações teóricas de Robert Yin (2015). Esta proposta de interpretação dos dados fundamentou a construção das premissas do trabalho, como também serviu para tratar do principal conteúdo a ser aquilatado: a fala dos participantes das entrevistas.

De acordo com as palavras de Yin, um estudo de caso é uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2015, p. 32). Quanto a isto, Carneiro (2018, p. 314) completa:

Estudar fenômenos contemporâneos em contrapartida a históricos exige muitas vezes do pesquisador um olhar e participação no próprio contexto onde o fenômeno vem acontecendo. Fatos da vida real, vividos em seu contexto, não são passíveis de inserção em ambientes controlados e tampouco nos asseguram um vetor predominante de previsibilidade. Nesse sentido o estudo de caso visa compreender fenômenos sociais e psicológicos complexos, em que múltiplas variáveis intervêm.

É válido mencionar que Yin compreende o estudo de caso não apenas como uma tática para coleta de dados, e sim como uma estratégia abrangente de pesquisa. Para o autor,

A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados. Em outras palavras, o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo - com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados (YIN, 2015, p. 32-33).

Ainda, é notório pontuar quanto ao estudo de casos múltiplos. Este tipo se dá quando um estudo de caso envolve mais de uma unidade de análise e, “dentro de um caso único, se dá atenção a uma subunidade ou a várias subunidades” (YIN, 2015, p. 64). De acordo com Igor Cruz, a metodologia de estudo de casos múltiplos seria um modelo de investigação, empírica, de um fenômeno contemporâneo, dentro do seu contexto próprio, real, “[...] onde há uma delimitação incerta da separação do fenômeno de seu contexto, de modo que há muitas variáveis de interesse para poucos dados. O método se beneficia, com isso, de proposições teóricas prévias que direcionam a coleta e a análise de dados” (CRUZ, 2021, p. 20).

A partir disto, voltando-se ao objetivo principal deste texto – entender as causas para a escassez de peixes na comunidade indígena do TI Comexatibá e analisar quais os impactos que essa escassez tem causado –, fez-se entrevistas com membros da comunidade, pescadores que têm esta atividade como a principal forma de subsistência ou que a fazem como atividade secundária, complementando a renda mensal.

O estudo de mais de um caso, simultaneamente, no atual texto, se deu pela possibilidade de comparação entre as informações obtidas através das diferentes fontes (entrevistados, participantes, no caso: os pescadores). Similar ao proposto no trabalho de Cristiana Carneiro (2018), a análise do conteúdo falado pelos entrevistados se torna mais robusta ao possibilitar uma melhor compreensão das nuances da fala, facilitando na exibição das ideias e na interpretação das mesmas, ao que se torna mais fácil estabelecer métricas comparativas; tendo-se diferentes referenciais que convergem quanto às mesmas ideias.

3.1.2 *Grounded Theory* (Teoria Fundamentada nos Dados)

A atual pesquisa se estrutura como um trabalho qualitativo que se inspira nos moldes do constructo *grounded theory* (ou Teoria Fundamentada nos Dados), teoria ou, pode se dizer, campo teórico, que propõe e reforça para a importância do olhar científico nas áreas de ciências humanas, desenvolvida por Glasser e Strauss em 1967. A teoria é “um método de pesquisa apropriado ao exame de dados qualitativos para a extração de conceitos organizados em torno de categorias básicas que, uma vez integradas, estabelecem uma teoria substantiva acerca do fenômeno estudado” (CORRÊA; GOSLING, 2020, p. 839).

Na perspectiva destes dois pesquisadores, a utilização da *grounded theory*, se explicaria, em sua área, postulado que:

Os trabalhos inter-relacionados da teoria em sociologia são: (1) para permitir a previsão e explicação do comportamento; (2) para ser útil no avanço teórico da sociologia; (3) para ser utilizável na prática aplicações táticas - previsão e explicação devem ser capazes para dar ao praticante compreensão e algum controle da situação ações; (4) para fornecer uma perspectiva sobre o comportamento, uma postura para ser levado para os dados; e (5) para orientar e fornecer um estilo para pesquisa em áreas específicas de comportamento. Assim, a teoria na sociologia é uma estratégia para lidar com dados na pesquisa, proporcionando modos de conceituação para descrever e explicar (GLASSER; STRAUSS, 1967, p. 3).

Os autores que desenvolveram a ideia propõem o uso das análises comparativas para gerar resultados a partir de uma metodologia de organização processual de coleta seletiva de dados e da sua categorização, para esclarecer quanto aos princípios constitutivos do objeto de estudo.

3.2 ETAPAS DA ELABORAÇÃO DA PESQUISA

Seguindo as premissas teóricas descritas acima, em vias da análise das causas e do impacto da escassez de peixes no local investigado, o trabalho se estruturou a partir de três principais etapas, acompanhadas sequencialmente. O quadro 3 explicita, de maneira sucinta, as etapas.

Quadro 3 – Etapas e procedimentos tomados durante a elaboração da pesquisa

Etapa	Procedimentos	
Levantamento teórico: levantamento dos saberes e práticas tradicionais da pesca artesanal marítima	<ul style="list-style-type: none"> ● Levantamento de dados, através da revisão bibliográfica, pautando-se na procura de artigos, livros, e demais trabalhos científicos relacionados ao tema, além do acesso a sites e vídeos, da exposição e debate de conceitos sobre o tema ● Levantamento histórico e geográfico sobre a RESEX e as suas comunidades pertencentes; as comunidades pesquisadas se localizam no território do Prado (Japara, Cumuruxatiba e Imbassuaba) que fazem parte do setor sul da RESEX 	
Coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> ● Os dados foram coletados através de pesquisa de campo, realizada em algumas comunidades indígenas pertencentes ao Território Indígena Comexatibá que fazem parte da RESEX CORUMBAU ● Foram feitas 5 visitas ao território estudado, onde foi feito contato com as pessoas e realizadas entrevistas presenciais ● As entrevistas foram feitas com pescadores indígenas 	
Análise de dados	Categorização	<ul style="list-style-type: none"> ● Determinação de categorias, baseadas nos objetivos e hipóteses: (i) Compreender a relação da população indígena Pataxó presente na área da RESEX CORUMBAU com a atividade da pesca artesanal marítima no Território Indígena Comexatibá; (ii) Conhecer e descrever a caracterização local, envolvendo o entendimento das articulações políticas locais e estaduais da reserva marinha; (iii) Entender a importância da produção econômica para as comunidades pertencentes à UC (Unidade de Conservação) da RESEX CORUMBAU, do setor sul; (iv) Entender como se dá o extrativismo da pesca artesanal marítima no Território Indígena Comexatibá; (v) Analisar como os pescadores descrevem a escassez de peixes
	Análise	<ul style="list-style-type: none"> ● Comparação das falas e das principais questões levantadas, tomando por base conceitos e teorias de relevância à literatura ● As entrevistas foram analisadas isoladamente, comparadas entre si e também orientadas à luz dos constructos teóricos recentes, favorecendo na triangulação do conteúdo produzido, dos resultados da pesquisa

Fonte: elaboração própria.

i) Levantamento teórico: levantamento dos saberes e práticas tradicionais da pesca artesanal marítima

A primeira etapa realizada, no processo de pesquisa aqui descrito, se baseou em uma leitura ampla acerca das características do local, da cultura e da comunidade que seria analisada. Nesta fase, foi feito um levantamento de dados, através da revisão bibliográfica, debruçando-se em artigos, livros e demais trabalhos científicos relacionados ao tema, além de sites e vídeos que pudessem direcionar a pesquisa. Além da exposição e debate de conceitos sobre o tema, os quais são ferramentas teóricas, foi feito um levantamento dos principais autores a serem estudados. Foi feito um levantamento histórico e geográfico sobre a RESEX e as suas comunidades pertencentes; as comunidades pesquisadas se localizam no território do Prado (Japara, Cumuruxatiba e Imbassuaba) que fazem parte do setor sul da RESEX.

Esta etapa foi fundamental à construção dos passos metodológicos aplicados e das análises, tendo em vista que forneceu base para o contato com o objeto de estudo, permitindo uma aproximação inicial, informativa. Por meio dela, foi possível estabelecer os objetivos da pesquisa de maneira clara e concisa, favorecendo na estruturação de preceitos básicos à estruturação do texto.

ii) Coleta de dados

Os dados para as análises foram coletados através de pesquisa de campo realizada em algumas comunidades indígenas pertencentes ao Território Indígena Comexatibá que fazem parte da RESEX CORUMBAU. Foram feitas 5 visitas ao território estudado, se fez contato com as pessoas e se realizou as entrevistas presenciais.

Yin considera as entrevistas como uma das fontes de informações mais importantes para um estudo de caso. De acordo com o pesquisador,

As entrevistas, não obstante, também são fontes essenciais de informação para o estudo de caso. As entrevistas podem assumir formas diversas. É muito comum que as entrevistas, para o estudo de caso, sejam conduzidas de *forma espontânea*. Essa natureza das entrevistas permite que você tanto indague respondentes-chave sobre os fatos de uma maneira quanto peça a opinião deles sobre determinados eventos (YIN, 2015, p. 112).

As entrevistas foram feitas com pescadores e pescadoras indígenas, pessoas que tiveram suas vidas afetadas após a escassez relatada, no contexto da RESEX CORUMBAU, em janeiro do ano de 2020. Através da entrevista, objetivou-se obter dados relevantes acerca das concepções de membros da comunidade quanto à relativamente recente escassez de peixes.

As entrevistas foram semiestruturadas, pautadas em um questionário base que abordava alguns tópicos elementais, havendo, no entanto, livre diálogo, o que pôde contribuir na qualidade das respostas fornecidas, além de permitir intervenções e complementações aos conteúdos relatados.

Com o consenso dos entrevistados, a conversa foi gravada para posterior transcrição, transformando-a em texto, para facilitar na comparação das informações encontradas. O roteiro das entrevistas, ou o questionário que fundamentou as perguntas feitas aos entrevistados, está disponibilizado no Apêndice A.

iii) Análise de dados coletados

Categorização

A investigação da visão da comunidade sobre a escassez de peixes, nos casos investigados, teve como ponto de partida a delimitação de proposições, desenvolvidas com base nos objetivos desta pesquisa. As proposições serviriam de estrutura ou pilar à discussão dos principais pontos a serem abordados, em teoria, e conversados nas entrevistas.

Foram elencadas categorias, divididas por grandes tópicos, que nortearam as perguntas feitas durante o processo de entrevista, permitindo-se analisar as falas dos entrevistados e fazer comparações. Os tópicos foram estabelecidos de acordo com os objetivos e hipóteses do trabalho, sendo: i) compreender a relação da população indígena Pataxó presente na área da RESEX CORUMBAU com a atividade da pesca artesanal marítima no Território Indígena Comexatibá; ii) conhecer e descrever a caracterização local, envolvendo o entendimento das articulações políticas locais e estaduais da reserva marinha; iii) entender a importância da produção econômica para as comunidades pertencentes à UC da RESEX CORUMBAU, do setor sul; iv)

entender como se dá o extrativismo da pesca artesanal marítima no Território Indígena Comexatibá; v) analisar como os pescadores descrevem a escassez de peixes, a partir de sua fala;

Análise

A análise de dados se deu pela comparação das falas e das principais questões levantadas a partir da consideração de conceitos e teorias de relevância à literatura. Assim, as falas puderam ser analisadas isoladamente, comparadas entre si e orientadas à luz dos constructos teóricos e conceitos objetivos ligados ao conhecimento científico recente. As pesquisas científicas tomadas para estas análises foram encontradas em etapa anterior, quando se deu o levantamento teórico.

A vantagem em tecer comparações, dentro dos discursos analisados em estudos de casos, é apontada por Yin. Ele compreende que

A capacidade de conduzir seis ou dez estudos de caso, efetivamente organizados dentro de um projeto de casos múltiplos, é análoga à capacidade de conduzir seis ou dez experimentos sobre tópicos relacionados; poucos casos (dois ou três) seriam replicações literais, ao passo que outros poucos casos (de quatro a seis) podem ser projetados para buscar padrões diferentes de replicações teóricas. Se todos os casos vierem a ser previsíveis, esses seis a dez casos, no conjunto, fornecerão uma base convincente para o conjunto inicial de proposições. Se os casos forem de alguma forma contraditórios, as proposições iniciais deverão ser revisadas e testadas novamente com outro conjunto de casos (YIN, 2015, p. 69).

Quanto a isto, Cristiana Carneiro coloca que o aumento no número de casos, na investigação, favoreceria às comparações e incrementaria a “confiabilidade na triangulação do material produzido” (CARNEIRO, 2018, p. 315).

Através da metodologia exposta nesta seção, as análises puderam ser realizadas e favorecer na construção e produção de resultados, apresentados a seguir.

4 RESULTADOS

Esta seção se pauta no desenvolvimento da análise dos dados encontrados, tecendo discussão que se ancora nas descobertas e nos postulados de outros textos da literatura recente, gerando interpretação da fala dos pescadores entrevistados em pesquisa.

Em primeiro momento, vale apresentar os participantes das entrevistas. Ao todo, foram entrevistados sete pescadores: Mariza, Tide, Quinha, Dondi, Quequeu, Jovita e Léo. Entre os sete participantes, três tinham a pesca como profissão, enquanto quatro tinham esta ocupação como labor secundário, não correspondendo, portanto, à principal fonte de renda, sustento e sobrevivência destes indivíduos.

Quanto à faixa etária, denota-se que a maioria (cinco deles) encontrava-se nas faixas de idade entre 30 e 60 anos, correspondendo à adultos. Apenas um participante foi considerado jovem, tendo 28 anos de idade, e outro participante possuía 66 anos, sendo caracterizado como idoso. Duas das pessoas eram do sexo feminino (Mariza e Jovita), algo que a literatura aborda, ao se considerar a diferença de distribuição de pescadores por sexo, no país.

Separando as informações por região, a fins de comparação, os dados da literatura apontam que Norte e Nordeste apresentam

[...] uma maior participação das mulheres pescadoras quando comparadas com as demais regiões do país. O Nordeste tem a maior representatividade das mulheres pescadoras do país, com 124.583 registros. Aparentemente esses números relativamente altos de mulheres na pesca, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, podem estar relacionados ao tipo de atividade pesqueira dessas regiões, onde predomina fortemente a pesca artesanal e especificamente a atividade de mariscagem, muito exercida pelas pescadoras [...] (ALENCAR; MAIA, 2011, p. 16).

As informações referentes à relação com a pesca enquanto trabalho e profissão e a faixa etária dos entrevistados estão expostas no quadro a seguir.

Quadro 4 – Faixa etária dos pescadores e relação com a pesca enquanto trabalho

	Jovem	Adulto	Idoso
Pescador principal		Quinha (41) Mariza (45) Tide (56)	
Pescador secundário	Léo (28)	Quequeu (34) Dondi (59)	Jovita (66)

Fonte: elaboração própria.

Os entrevistados são pescadores tradicionais que exercem a atividade culturalmente, há anos, tendo aprendido com os parentes, familiares, pais, e ensinando aos seus próprios filhos, sobrinhos e netos, etc. Isto pode ser notado em mais de um relato dos entrevistados, ao longo das perguntas realizadas em entrevista. As respostas parecem reforçar os fatores culturais, tradicionais, como influentes na vida dos pescadores.

Um dos pescadores, de apelido Tide, relatou ter a pesca como a própria vida. Na fala deste indivíduo, observa-se a importância da atividade pesqueira à sua existência:

Q: Qual a importância da pesca em sua vida?

R: *Foi tudo, na minha infância eu fui criado na pesca é tudo na minha vida, hoje eu tenho minha casa, as coisas tudo que eu tenho vem da pesca, eu não ganhei, nunca ganhei um terreno, a prefeitura quando tava loteando deu vários pessoas, eu pedi não me deram, trabalhei, suei, ralei, e comprei um terreno, se eu tenho um terreno, um barraco pra morar de baixo, eu comprei e paguei.*

Assim, as respostas convergem para a compreensão da importância dos aspectos culturais e tradicionais indígenas para estas pessoas, pescadores de origem pataxó. A cultura em que cresceram os confere uma tradição familiar, na qual o que se aprende é determinado e surge através do ensinamento dos parentes: pais, avós, tios, que passam seus conhecimentos aos filhos, netos e sobrinhos.

Quanto a isto, os dados aquilatados em pesquisa, à luz do conhecimento da literatura, permitem separar as aldeias indígenas estudadas em duas: Kaí e Pequí. Em ambas as áreas, seus moradores se consideram de origem Pataxó.

Quadro 5 – Aldeia dos entrevistados em pesquisa

Aldeia Kaí	Aldeia Pequi
Dondi Mariza Quequeu Jovita	Léo Tide Quinha

Fonte: elaboração própria.

Em relação à localidade onde os pescadores participantes realizam sua atividade de labor, optou-se pela descrição da região tomando por parâmetro básico a praia do centro – assim, as outras praias estariam em direções a partir deste referencial: os limites iriam à área sul, até a praia da Japara, enquanto o limite da área norte seria a praia da Barra do Cahy; o alto mar seria a área leste. Para esta variável, os dados demonstraram que apenas dois participantes afirmaram pescar em todas as regiões consideradas (norte, sul e leste): Quinha e Tide. Os outros cinco entrevistados afirmam pescar apenas em um local.

Para este dado, pode-se adicionar outra informação relevante. Observa-se que os dois pescadores que atuam em todas as três zonas, Quinha e Tide, são, profissionalmente, apenas pescadores, não exercendo a atividade de forma secundária ou complementar. A única pessoa entrevistada que tem a atividade como principal labor e não pesca em todas as três regiões é Mariza. Estas informações estão em coesão com a literatura recente, que nos últimos anos tem apontado que “as atividades extra pesca têm assumido grande importância na composição da renda das famílias pescadoras” (CAPELLESSO; CAZELLA, 2011, p. 30).

A partir das informações aquilatadas, afirma-se que os entrevistados que não atuam principalmente como pescadores, tendem a pescar em um menor número de locais (apenas um local), nos casos investigados por esta pesquisa.

Quadro 6 – Cruzamento das informações sobre a região onde pesca e a relação com a pesca enquanto trabalho

	Região onde pesca		
	Norte	Sul	Leste
Pescador principal	Mariza Tide Quinha	Quinha Tide	Quinha Tide
Pescador secundário	Jovita	Dondi Léo	Quequeu

Fonte: elaboração própria.

Outras variáveis que denotam as características de perfil dos analisados, e merecem menção nesta etapa, são o fato de possuir carteirinha de pescador e a participação na associação de pescadores, categorias distintas. De acordo com a fala dos respondentes, apenas dois dos pescadores possuem a carteira de pescador, que dá direito, dentre outras coisas, ao seguro defeso, o qual consiste em um benefício fornecido pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) para que o pescador artesanal possa garantir renda nos períodos em que não puder realizar suas atividades, devido ao período de defeso (BRASIL, 2019). Uma pescadora, Mariza, disse ter dado entrada e aguarda, há mais de cinco anos, pelo recebimento da carteira e dos direitos relacionados.

Quadro 7 – Se possui a carteirinha de pescador

Possui a carteirinha de pescador		
Possui	Não possui	Aguarda receber
Tide Quinha	Dondi Léo Quequeu Jovita	Mariza

Fonte: elaboração própria.

Deve-se observar que, ao mesmo tempo que os pescadores artesanais, no Brasil, são predominantemente pessoas em condições socioeconômicas precárias, vindas das classes mais pobres – e portanto, maiores necessitados de programas e benefícios –, é justamente a falta de

acesso às informações, questão ligada à pobreza e ao analfabetismo, que também representa empecilhos à garantia de melhorias, que são seus direitos, e mesmo à adesão a estes benefícios. Coloca-se, amparado nos dados expostos por Alencar e Maia (2011, p. 12):

Quanto à escolaridade, o Brasil possui 56.218 pescadores analfabetos e 523.841 que têm Ensino Fundamental incompleto, o que corresponde à maior parte dos pescadores brasileiros (83,6%). A baixa escolaridade pode ser responsável pela ineficácia na aplicação das políticas públicas pesqueiras, estando também relacionada à facilidade de aporte de pessoas que, por absoluta falta de opção, ingressam na atividade pesqueira, alimentando assim o paradigma da pesca e pobreza.

O serviço de solicitação do benefício deve ser feito pela internet, o que é facilitador, embora deva se considerar que o público possui idade avançada e usualmente, possui escolaridade baixa, além de dificuldades de acesso à internet. De acordo com a página oficial do Ministério do Trabalho e da previdência, está apto a conseguir os benefícios, o pescador que

[...] exerce a atividade pesqueira de forma ininterrupta(individualmente ou em regime de economia familiar); esteja inscrito no Registro Geral de Pesca (RGP) há pelo menos 1 ano; comprove o recolhimento da contribuição previdenciária referente à comercialização da sua produção, nos 12 meses imediatamente anteriores à solicitação do benefício ou desde o último período de defeso até o início do período atual, o que for menor; não esteja recebendo BPC ou qualquer benefício previdenciário, exceto auxílio-acidente e pensão por morte limitado a um salário mínimo; não tenha fonte de renda diversa da atividade pesqueira; solicite o benefício dentro do prazo, que começa a contar 30 dias antes da data de início do defeso e termina no último dia do período de defeso (BRASIL, 2019).

Em relação à escolaridade, quanto às respostas proferidas pelos pescadores indígenas entrevistados, observa-se que a maioria (quatro pessoas) nunca estudou. Apenas três informaram ter passado por experiência escolar, e nenhum destes chegou a completar o ensino fundamental. Estes dados estão de acordo com a literatura, que aponta para a baixa escolaridade dos pescadores no contexto nacional, em especial para os municípios da região Nordeste (ALENCAR; MAIA, 2011).

Outra variável que favorece uma visão sobre as características descritivas dos entrevistados é relativa à participação na associação de pescadores. Quanto a este âmbito, os pescadores que têm a atividade como principal meio de renda e sustento, Tide, Quinha e Mariza, são os únicos

associados. Esta questão é um pouco complexa, quando se considera os pescadores que não têm a atividade como labor primário, embora possuam idades elevadas, como é o caso de Jovita, que possui 66 anos e Dondi, que tem 59. Ambos estão em idades avançadas e acabam perdendo alguns dos direitos que poderiam ter, mesmo não sendo a pesca sua principal atividade. Pode-se questionar que a falta de acesso – à inscrição no benefício e à participação na associação de pescadores – não se daria por um desconhecimento destas pessoas a estes direitos ou mesmo uma impossibilidade de aderir, por conta de falta de documentos ou dificuldade de acesso físico a cartórios ou demais locais.

Desde o início da criação da RESEX, os pescadores da região que desejam pescar, precisam ser cadastrados à reserva. O material intitulado Plano de Manejo, elaborado pelo ICMBIO quando da criação da RESEX CORUMBAU, explicita estas informações:

CATEGORIAS DE EXTRATIVISTAS E USUÁRIOS CADASTRADOS NA RESEX

9.1 - Para fins deste plano, todos os extrativistas e demais usuários cadastrados deverão ser enquadrados na categoria em que preencha os pré-requisitos, conforme definido abaixo:

9.1.1 - Pescador Principal

a) Residir na área da RESEX a, pelo menos, 4 (quatro) anos; b) Praticar a pesca como atividade indispensável à sua sobrevivência a, pelo menos, 4 (quatro) anos na área da RESEX.

9.1.2 - Pescador Secundário:

a) Residir na área da RESEX a, pelo menos, 4 (quatro) anos; b) Praticar a pesca como atividade econômica a, pelo menos, 4 (quatro) anos, na área da RESEX.

9.1.3 - Morador Local e Eventual Pescador:

a) Residir na área da RESEX a, pelo menos, 4 (quatro) anos;

9.1.4 - Demais usuários:

a) Possuir autorização especial expedida pelas associações locais de acordo com regras e normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, atendendo à legislação específica. Essas regras e normas deverão estar em conformidade com critérios estabelecidos em assembleia [...] (ICMBIO, 2002, p. 11).

O quadro 8, a seguir, exhibe as informações sobre a participação na associação de pescadores, para os indivíduos entrevistados.

Quadro 8 – Participação na associação de pescadores

Associado	Não-associado
Mariza	Dondi
Tide	Léo
Quinha	Quequeu
	Jovita

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à técnica favorita utilizada para pesca, os entrevistados responderam, em sua maioria, utilizando linha e anzol, fazendo uso de náilon para a linha, e alguns destes utilizam rede de pescar. Apenas três dos pesquisados não utilizam rede. Na entrevista, observou-se a ênfase para a mudança nas técnicas e métodos tradicionais de pesca, que seguem as origens artesanais, oriundas das culturas de suas aldeias, remetendo, assim, aos seus antepassados e sua história enquanto povo e pessoa.

Quanto a isto, cita-se a linha de tucum, a qual deixou de ser usada pelos pescadores, em vias do uso de métodos mais modernos, como a rede de náilon. Também merece menção o termo pindaíba, dito por um dos entrevistados (Mariza), que seria o termo indígena que expressaria a vara de pescar.

A fala do pescador indígena Quequeu, à seguir, deixa evidente o quanto as mudanças – oriundas, mesmo quando indiretamente, do progresso da globalização, especialmente nos séculos mais recentes – afetaram a relação do pescador com o trabalho, artesanal e tradicional, ligado, muitas vezes à subsistência, e afetaram a vida da comunidade.

Q: Quais as suas técnicas?

R: *Meus ancestrais usavam uma coisa mais artesanal, um material mais artesanal, ferramenta de trabalho mais artesanal, que hoje quais eu não vejo, que inclusive aqui em Cumuruxatiba tá extinto a canoa, era de um tronco de madeira único né, era cavado feita a embarcação hoje, e tem o bote que é feito na tábua já de serrarias né, e hoje barcos. Eu cheguei a alcançar Cumuruxatiba com bastante canoas, pescava em canoas e em botes, que não existia barcos, mas hoje já tem o pescador que já utiliza do motor a diesel, antigamente era remo, se o cara soubesse*

remar ele pescava, senão ele não pescava, e hoje em dia eu vejo que todo pescador é na base do motor né, a maioria pesca de motor, a parte artesanal na verdade tá acabando né, tá acabando com o desenvolvimento dos meios de pesca, cada ano que passa tá inovando, agora não sei se inovando pra pior ou pra melhor, com certeza pra melhor não é, porque o óleo diesel já vai poluir o ar, já vai causar coisa ruim, já pode ter um vazamento no mar ali, e aí causar a morte de peixe, eu acho que o artesanal, acho que por isso antigamente tinha abundância de peixe, hoje em dia as vez procura um meio pra facilitar o trabalho mas prejudica por um lado, acho que o artesanal era bem melhor. Antigamente a rede era de tucum, a rede de tucum ela tinha um período rápido pra ela desintegrar, e o náilon hoje em dia o náilon é milhões de anos pra se decompor ali na água aí quando se solta, se a rede de tucum se soltasse e pegasse, por exemplo, uma tartaruga, a tartaruga se batia e ela pocava e ia embora e a do náilon não, onde ela vai passando o que vai pegando ela vai matando, são inovações que eu acho que não é bom, assim, tem uma melhora por um lado mas piora pelo outro.

O discurso proferido pela fala de Quequeu permite inferir acerca de algumas das diferenças trazidas pelo desenvolvimento de tecnologias e a globalização. Além disto, permite compreender as técnicas mais utilizadas, o que concorda com a literatura nacional, ao apontar, como principais técnicas, o arrasto de fundo (ou o balão, conforme descrito pelos pescadores), a linha e a rede de espera (NETTO; NUNES; ALBINO, 2002). Estas três técnicas ou modalidades de pesca artesanal são também as mais vistas em outras regiões do Brasil, como na maior parte do Sudeste, havendo outros tipos, como os observados no litoral norte Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, onde identifica-se quarta técnica conhecida como puçá (NETTO; NUNES; ALBINO, 2002, p. 97-98).

De acordo com texto de Moura e colaboradores (2007), em Corumbau, Cumuruxatiba e Caraíva, há predominância pelo uso da pesca de linha, seguida da preferência pela rede de emalhar e o balão. Além disto, pode-se notar, na região, pesca com arpão, embora os pescadores entrevistados não tenham informado sobre isto.

Coloca-se, de acordo com o trabalho de Moura e outros., que

Tanto a pesca com arpão quanto com balão representam modalidades introduzidas recentemente, a partir dos anos 1990 e 1980, respectivamente. Os arrastos motorizados visam principalmente camarões peneídeos, embora capturem cerca de 90 espécies de

peixes como fauna acompanhante. Nas capturas nos recifes predominam espécies de peixes das famílias Lutjanidae, Carangidae, Serranidae e Scaridae, estes últimos capturados principalmente com arpões (MOURA *et al.*, 2007, p. 185).

Quadro 9 – Técnicas de pesca mais utilizadas pelos pescadores entrevistados

Pescador	Técnicas utilizadas
Dondi	Pesca com linha e anzol
Leo	Rede de pesca, arrasto de fundo (balão) e linha
Mariza	Linha e anzol (pindaíba – vara de pescar)
Tide	Rede de pesca, arrasto de fundo (balão) e linha
Quequeu	Inicialmente, usava linha de tucum, hoje faz uso da linha de náilon com anzol
Jovita	Inicialmente, usava linha de tucum Atualmente: linha de náilon com anzol, com chumbada
Quinha	Rede de pesca

Fonte: elaboração própria.

A entrevista tocou também o tipo de embarcação usada pelos pescadores cujas falas foram analisadas. Foi possível notar a utilização de tipos distintos de embarcação. Apenas uma entrevistada (Mariza) relatou não fazer uso de embarcações, informando que pesca nas pedras, tomando como técnica a vara e o anzol, ou como relatou, a pindaíba (a partir de denominação indígena).

Em relação às embarcações, mais uma vez a resposta dos entrevistados permitiu ampliar a compreensão sobre a próxima relação dos pescadores, indígenas Pataxó que vivem na comunidade na RESEX CORUMBAU, e sua tradição pesqueira, a qual, com o tempo, passa a mesclar-se cada vez mais aos elementos de uma sociedade globalizada.

Este ponto pode ser visto quando se considera fatores amplos da realidade do pescador, nesta comunidade, e também específicos, como as técnicas de pesca e o tipo de embarcação utilizadas, que passaram a incorporar práticas e elementos da grande sociedade internacional. Apesar de vantagens das práticas, instrumentos e métodos incorporados, observa-se o afastamento dos métodos originais, a qual coexistia na natureza, sem causar grande impacto e garantindo a sobrevivência ao longo dos anos – ideia que se vê incorporada à própria criação da RESEX (ICMBIO, 2002; BUCCI, 2009; FUNAI, 2014).

Nas entrevistas, observou-se que a maior parte dos pescadores artesanais possuem barcos de madeira. Apenas um deles afirmou possuir barco motorizado. Também se notou que a maioria

afirma ser proprietário do barco; apenas uma pessoa não é proprietária e outra (Mariza) não utiliza barco, pescando diretamente nas pedras, fazendo uso de vara de pescar.

Quadro 10 – Embarcações utilizadas pelos pescadores entrevistados

Pescador	Tipo de embarcação	Proprietário
Dondi	Bote pequeno a remo	Sim
Leo	Canoa artesanal (baiteira)	Sim
Mariza	Nenhuma – pesca nas pedras	-
Tide	Barco de sete metros	Sim
Quequeu	Barco de madeira	Não
Jovita	Barco de madeira	Sim
Quinha	Barco motorizado	Sim

Fonte: elaboração própria.

Um ponto analisado por variados ângulos pela atual pesquisa dá conta da relação desta comunidade com a pesca. Por isto, se procurou saber dos entrevistados quanto aos tipos de peixe que costumam pescar e se consomem o peixe ou o fazem para venda. As respostas a estas questões permitiram compreender um pouco melhor do contexto de vida destes pescadores e da sua relação com a pesca, que se atrela não só à forma como estes indivíduos enxergam o trabalho; para muitos deles, a pescaria é uma das bases de sua vida, provendo sua alimentação, como também é fator que faz com que se identifiquem como indivíduos, em meio à sociedade, garantindo-lhes uma identidade.

Dos relatos, acerca dos tipos de peixe que costumam ser pescados, se aponta algumas variedades, citadas: corvina, vermelho, cação, badejo, sarda, vacora. Os pescadores também afirmaram que turistas têm preferência pelo vermelho, badejo, robalo, e as pessoas da região, que fazem consumo local, preferem bagre, arraia, cação e outros peixes, colocado que os nativos preferem peixe de segunda, por conta do valor, mais em conta, de acordo com o pescador.

O ICMBIO, no momento da criação da reserva, colocou, enquanto recursos explorados na região, naquele momento, seriam: “peixes e crustáceos marinhos com ênfase no camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) e peixes da família Lutjanidae na atividade de pesca; e os recifes de corais e as praias na atividade de turismo” (ICMBIO, 2002, p. 3).

Quando perguntados sobre o destino dos peixes pescados na área da comunidade, ficou claro quanto à importância da pesca para sua subsistência. A menor parte dos entrevistados (três dos sete) pesca somente para o consumo, principalmente. Entre os pescadores entrevistados, há uma tendência à subsistência, sendo mencionadas a troca de peixe com familiares e vizinhos, além da venda em mercados pequenos, como usuais, mas há uma pequena relevância na influência da venda nas atividades de pesca, em relação ao consumo próprio.

Um dos pescadores, Tide, informa que vende os peixes às peixarias e usa o dinheiro para realizar o pagamento de despesas domésticas, e da mensalidade do barco, além de dívidas e contas como energia, gás e etc. Uma parte dos peixes ele traria para casa e daria aos vizinhos, informou. Quinha, outro pescador entrevistado, afirmou dar destino similar aos peixes: entrega à peixaria, faz consumo e compartilha com as pessoas da aldeia.

A fala do pescador Quequeu aborda os pontos levantados na atual análise:

Q: O que faz com o peixe pescado?

R: Aqui na minha comunidade, quando eu pesco, quem der pra eu dar uma prova do peixe eu dou, pra experimentar do peixe, pelo menos uma moqueca tem, quando eu vou pescar que dá pra mim vender eu vendo, faço as famosas cordinhas mando pra rua pra vender, né? Aí vai do peixe, e aqui em cumuru o peixe é bem vendido só que é desvalorizado, e troco com outros alimentos né, pra vender e comprar outros alimentos também, aí quando não vende de nenhum jeito, eu troco com alguém com outra coisa que eu não tenho, um arroz, uma farinha alguma coisa ou dão mesmo para conhecidos ou salgo para comer depois, passar mais tempo comendo ele. Antes nós que é filho de pescador era criado só no pescado mesmo, hoje em dia tem período que eu não vou pescar, mas para mim comer o peixe eu tenho que comprar, entendeu? Assim também aquela questão assim de primeira era diferente, você chegava lá na embarcação o pescador estava chegando com peixe você pedia e ele dava, hoje em dia é diferente, sei lá, acho que o pescador já sai com aquela preocupação que a vez em casa não tem, falta uma coisa e o pescador já vai com aquela intenção de pegar o peixe para vender e às vezes o peixe que ele pega não é compensado para o pescador, às vezes não pega peixe suficiente pra vender e muito menos para comer né, e pra dar para alguém, aí com a escassez do peixe, eu que sou pescador se eu quiser ter o peixe eu vou ter que comprar, aqui hoje em dia meu filho é obrigado às vezes

comer um frango comer carne que é bem menos saudável que o peixe. As vezes que eu não vou pescar, porque eu tenho outro emprego que não é da área, aí eu passo um período sem pescar e é nesse período que eu vou ter que comer frango, a carne, porque eu tive que procurar um emprego em outro setor porque a pescaria não tava dando para mim sobreviver, entendeu? Por causa exatamente disso, é desvalorizado.

Quadro 11 – Destino da maior parte dos peixes pescados (principal destino)

Consumo	Consumo e venda
Dondi	Léo
Mariza	Tide
Jovita	Quequeu
	Quinha

Fonte: Elaboração própria.

Neste ponto, passa a se investigar a importância da pesca a estes indivíduos. Como compreendido a partir das entrevistas, há uma associação muito íntima entre a história das famílias destas pessoas, seu cotidiano e sua existência, com a atividade pesqueira.

Uma das principais informações que puderam ser extraídas da fala dos pescadores é a relação íntima com a pesca. Esta cultura e meio de sobrevivência lhes foi ensinada desde o início de suas vidas, sendo uma das atividades centrais à história desta aldeia, das demais aldeias, como também da região como um todo, que hoje contempla variados municípios e se compreende dentro da concepção de um estado, em um país.

Colocados estes pontos, afirma-se que a pesca seria meio de sobrevivência para a maioria dos entrevistados, sendo fundamental em suas vidas. Entre os entrevistados, uma pessoa, Léo, afirmou pescar por esporte, não por trabalho – embora ainda hoje também utilize a pesca para alimentação própria e familiar. No geral, a pesca, a estas pessoas, é algo que faz parte de sua existência, desde a infância até o fim da vida; envolvendo todos os seus familiares. O conhecimento da prática é passado entre as gerações e por conta disto, esta forma de enxergar, fazer e viver a pesca, permanece hoje, a despeito dos problemas pertinentes.

A escassez de peixes é o principal tema avaliado ao longo do atual trabalho. Durante a entrevista, se observou que todos concordam que há uma notória escassez recente. Todos os pescadores descreveram a escassez de peixes na região; mesmo que tenham apontados datas diferentes para o

início desta. A literatura confirma a descrição dos pescadores e atesta pela recenticidade da escassez na região (FUNAI, 2014; PRATAVIEIRA, 2015).

O relato de um dos pescadores pontua que os peixes sumiram, e não é mais possível pescá-los em abundância, como ocorria antes, na região. Os participantes responderam períodos diferentes para o início da escassez, entretanto, dois dos entrevistados relataram que a escassez teve início nos anos 2000; um entrevistado relatou que se deu a partir de 2015; um respondeu que se deu a partir de 2010; e outro relatou que ocorre desde 1990. Outros dois entrevistados consideraram que a escassez ocorreu há muitos anos (sem determinar quando), notando uma piora considerável nos períodos mais recentes: um deles considera que a oferta de peixes reduziu bastante nos últimos seis meses, aproximadamente.

Em suas falas, Tide (R1) e Quinha (R2), especificaram períodos aproximados em que consideraram a escassez, além de tecer comentários sobre as espécies desaparecidas e suas possíveis motivações.

Q: Você percebeu se está ocorrendo alguma falta/escassez de peixes na região? Se sim, quando mais ou menos começou a escassez?

R1: *Desde 2010 pra cá já foi o peixe, já tá sentindo muito a falta do peixe, porque antes a gente pegava 700 quilos de vermelho, hoje você não pega 20 quilos de vermelho, as vezes a gente bate a noite, eu mais meu sobrinho, eu pesco com meu sobrinho, a gente bate a noite lá, às vezes a gente pega 20 quilos de vermelho, 25, tem vezes que a gente pega 15 quilos, outra vez a gente pega 5, porque não somos nós, tem muitas pessoas que é particular, que entra na RESEX fica explorando da RESEX, e eles tem equipamento e nois não tem, os equipamento deles são muito importante pra eles e nois não tem esse tipo de equipamento. A partir de 2010 até 2012 a gente ainda pegava ainda 50 quilos de vermelho por cada viagem que a gente dava né pra um dia, hoje a gente ta pegando 5, 6 vermelhos, então quer dizer, a pesca cada dia que passa tá caindo, mas não são os pescadores de linha artesanal, são os pescadores de mergulho né, que estão explorando mucha RESEX e a região, cada dia que passa se não tiver uma providência o pescado vai acabar, vai acabar badejo vai acabar garoupa, vai o acabar o peroá, o próprio vermelho já está acabando, aí tem que ter um uma regra aí para ver comé que vai combater esses mergulhador.*

R2: *Sim e de várias espécies, pescada, robalo, ariocó, xaréu, graçaí, pampo, garoupa, badejo, mero, bonito, são peixes de grande porte que antigamente meu avô arpoava de tanto que tinha, hoje em dia pra você ver um peixe desse é com muita dificuldade, são espécies que se reproduzem eu acho que em áreas de manguezais mais na beira da praia.*

Quanto aos motivos listados pelos entrevistados, para a escassez, principalmente, citou-se a pesca de balão, nome popular dado à técnica de pesca que se baseia no arrasto de fundo, com uso de redes. Para a entrevistada Mariza, a chegada desse estilo de pesca se relaciona à escassez notada na área da RESEX, observado, principalmente, a chegada de pessoas de outras regiões à pesca no local, o que se denota como uma invasão do espaço marítimo – dadas as premissas da própria criação da reserva extrativista (ICMBIO, 2002):

ATIVIDADES PROIBIDAS NA RESEX MARINHA DO CORUMBAU

8.1 - É proibida a exploração de quaisquer recursos marinhos da RESEX por pessoas não cadastradas nesta Reserva.

8.2 - É proibida a sobreposição no uso do espaço marinho, para as atividades pesqueiras, entre as comunidades do Setor Norte e do Setor Sul.

8.3 - É proibida a pesca, ou qualquer tipo de exploração, das espécies consideradas “Protegidas” na RESEX do Corumbau (ICMBIO, 2002, p. 10).

Com o uso da técnica das redes de arrasto, é pescado um grande número de peixes, dentre estes, alguns pequenos, conforme Mariza coloca, sendo soltos muitos deles na praia, mortos, ao fim do processo. Sobre isso, Haimovici e Maceira colocam: “como na maioria das pescarias de arrasto, uma parte das capturas é devolvida ao mar seja por se tratar de espécies sem valor comercial ou de indivíduos pequenos de espécies valiosas. uma grande proporção dos peixes devolvidos ao mar já está morto a denomina-se rejeição” (HAIMOVICI; MACEIRA, 1981, p. 401). Assim, a literatura concorda com o que foi dito pelos pescadores investigados. Identifica-se o impacto da pesca de arrasto como uma preocupação na gestão pesqueira (PRATAVIEIRA, 2015).

Na dissertação de Pratavieira, (2015, p. 28), afirma-se o mesmo que fora encontrado pelo atual texto: os pescadores têm “conhecimento do impacto que a pesca de arrasto causa no estoque, principalmente de peixes”, apontando a técnica como uma preocupação.

[...] Isso deve ao fato de muitos deles realizarem outras artes de pesca, como de linha de mão e rede de espera, e durante o arrasto eles capturam muitos juvenis de peixes alvo

destas pescarias. Ficou claro que os dois grupos indicaram esta pescaria como um dos principais fatores da diminuição da quantidade de peixes, junto com a pesca de rede de espera (PRATAVIEIRA, 2015, p. 28).

Outro ponto que se deve colocar é que na pesca artesanal, nos períodos de baixa estação, usualmente, há uma mudança nas técnicas utilizadas, como é o caso dos pescadores de Santa Cruz, investigados em trabalho de Netto, Nunes e Albino (2002). Naquele caso, a procura por cardumes durante as baixas estações leva a mudança da pesca de linha para a pesca de rede. Esta, entretanto, “ao contrário da pesca de linha, captura uma grande variedade de peixes, porém pequena quantidade de cada espécie. Isso é um fator desfavorável no mercado, pois estes peixes de rede precisam ser comercializados em Santa Cruz” (NETTO; NUNES; ALBINO, 2002, p. 98-99). É possível que a mudança no uso da técnica principal aplicada, por um número considerável de pescadores – colocado que alguns dos entrevistados afirmaram também pescar de balão – ocorra no caso da RESEX CORUMBAU, causando desequilíbrio.

O relatório da FUNAI (2014) acerca da reserva estudada por este trabalho pontua o impacto do uso da técnica do arrasto: No documento, fica confirmada a hipótese trazida nas falas analisadas e reafirmada em teoria: “a pesca predatória no mar foi citada como uma atividade impactante para os indígenas, já que a disponibilidade de peixes tem sido menor, implicando em mais tempo de pesca e menos peixes” (FUNAI, 2014, p. 158). No relatório, se evidencia a pesca de arrastão (ou de balão) como um dos motivos para a diminuição na quantidade de peixes (FUNAI, 2014).

Ainda, “[...] apesar de as áreas de pesca no mar serem localizadas no interior da Reserva Extrativista do Corumbau, segundo os indígenas, ainda existe a pesca de ‘balão’” (FUNAI, 2014, p. 158) – algo que deveria ser proibido, de acordo com as premissas de preservação ambiental (ICMBIO, 2002).

O documento oficial produzido pelo ICMBIO atesta:

METAS A SEREM ALCANÇADAS

2.1 - Fundamentar a sobrevivência dos extrativistas pertencentes à Reserva Extrativista Marinha do Corumbau em fontes produtivas que não destruam o equilíbrio ambiental, permitindo sua preservação para as presentes e futuras gerações. Entre as distintas atividades produtivas dos extrativistas, encontram-se: o aproveitamento dos recursos pesqueiros nas modalidades de pesca artesanal; pesca subaquática amadora, pesca esportiva; o ecoturismo; a aquicultura; o beneficiamento do pescado e sua comercialização (ICMBIO, 2002, p. 4).

Devem ser analisados, dentro desta discussão, os discursos de Tide (R1) e Quequeu (R2), em que se descreve os impactos da escassez:

Q: O que você acha que está causando essa escassez?

R1: *É mucho barco particular entrando na RESEX, mergulho, explorando mucho, o mergulho você dura 2, 3 horas debaixo d'água e eles acenam lá debaixo, e quando sai de lá, sai com uma jereré que é um saco que eles carregam e aí eles enchem aquele saco e quando chega a noite, enquanto você bate uma noite pra pescar 20 quilos de peixe, eles pegam 20 quilos de peixe numa hora, ele mata um badejo grande lá já é 20 quilos, e a gente fica a noite toda, labutando pra pegar 20 quilos de peixe, aí eles enchem aquele jereré lá e sobre pra cima já tá o dia ganho, aí eles matam 3, 4 badejo por dia ganha uma semana e a gente com 20 quilos vai pagar o dísel que é caro, a despesa e sobra o quê pra pescador? Nada. Pescador vai comer biquara se quiser, peixe de segunda. o mergulho explora mucho, são vários barcos de mergulho, aqui tem vez que a gente conta aqui tem 12, 13, 14 barcos, a gente não pode fazer nada, quando dá o dia eles sai fora da RESEX, quando dá a noite eles chega, quando dá o dia eles sai fora, mas continua na RESEX, que eles mergulha a noite, e aí até carregar, bota 10 mil quilos de gelo, 12 mil quilos de gelo, aí eles ficam mergulhando aqui na RESEX até carregar com 6 mil quilos de peixe, leva a maioria parte do peixe que tá por baixo eles levam tudo, aí sobra o quê pra pescador artesanal de linha? Nada.*

R2: *Aí vem a questão do balão que eu falo, muitas espécies de peixinhos pequenos são levados, durante o balão tá dando lance que é como a gente fala, né, só ver peixe boiando ali morto e então isso vai levar o que vai levar a escassez do peixe porque aquele milhares de peixes estavam ali já crescendo foram mortos, porque não é só um barco de balão, é vários barcos. E não só com o balão também, a poluição né, principalmente dos manguezais, a depredação em geral pela força do homem, a gente tem que ser crítico com si próprio, a nós mesmos. Será que não tô precisando fazer alguma coisa pra isso melhorar? Porque nós tem que ter aquele pensamento de conservação, a gente sabe que sobrevive daquilo, então vamos conservar para sempre ter, mas isso depende de conscientização, mais pra isso tem que ter pessoas com essa clareza, não ter pessoas para chegar em ali na associação de pescadores e só falar o só falar o*

que o próprio ouvido quer ouvir, tem que falar uma coisa que vai fazer realmente mudanças boas para todos.

Quadro 12 – Período em que teve início e motivos principais à escassez de peixes

Pescador	Período em que se iniciou a escassez de peixes	Possíveis motivos para a escassez notada
Dondi	Desde o início dos anos 2000, aproximadamente	Pesca de arrasto (balão)
Leo	Desde 2015	Entrada de pessoas de fora da região à pesca no local (invasão de espaço marítimo)
Mariza	Há muitos anos (indeterminado) – algumas espécies sumiram há aproximadamente seis meses	Pesca de arrasto (balão) Pessoas de fora da região à pesca no local (invasão de espaço marítimo)
Tide	Desde 2010 – com piora após 2012	Entrada de pessoas de fora da região à pesca no local – barcos particulares e mergulhadores (invasão de espaço marítimo)
Quequeu	Há muitos anos (indeterminado), tendo notado piora nos períodos mais recentes	Pesca de arrasto (balão) Entrada de pessoas de fora da região à pesca no local (invasão de espaço marítimo)
Jovita	Desde os anos 1990, aproximadamente	Pesca de balão; Entrada de pessoas de fora da região à pesca no local (invasão de espaço marítimo)
Quinha	Desde o início dos anos 2000, aproximadamente	Mudanças climáticas; Migração das espécies; Excesso de barcos pescando no local

Fonte: Elaboração própria.

Ainda quanto aos motivos para a escassez, deve se citar a fala de Quinha, em discurso que menciona as mudanças climáticas e a migração de espécies. Além disso, o pescador também menciona o excesso de barcos no local – novamente retomando a questão da invasão do espaço marítimo e tocando, enfim, a questão dos impactos causados às vidas das pessoas da comunidade estudada.

A fala de Quequeu também deve ser enfatizada, podendo ser revisada para explicitar estas questões.

Q: Quais os impactos dessa escassez para a comunidade?

R: [...] *Tem um impacto muito grande, o peixe ajudou a sustentar a minha família e muita gente daqui, é uma alimentação saudável, eu espero que o peixe não acabe pra gente não ter que mudar a nossa alimentação de uma vez. O peixe também é o emprego do povo aqui, tem gente que só sabe pescar, se não tiver mais peixe essas pessoas vai ficar desempregada.*

Assim, compreende-se que a escassez de peixes gera impactos relacionados às questões da própria sobrevivência dos membros da comunidade da RESEX CORUMBAU, indo além dos âmbitos atrelados à degradação ambiental ou ao desaparecimento de características culturais históricas – ambas correntes de uma maneira irreparável.

A fala da pescadora Jovita reforça para a problematização dada a escassez e as mudanças recentes. Além da diminuição na quantidade de peixes, descreve quanto à necessidade de possuir documentos para pesca (já observado que a maior parte dos pescadores artesanais investigados pela atual pesquisa não possui documentação necessária), como grandes empecilhos à prática desta atividade de subsistência. Os moradores da comunidade passam a ter que depender da compra de outros alimentos, como a carne, a partir da falta de peixes que são, em maioria, coletados para consumo próprio:

R: [...] *Aí faltando peixe a gente tem que comprar carne e eu não acho isso bom não, essas coisas que vem cheio de veneno, de indústria, quando é uma galinha que você cria no quintal ainda é saudável, mas essas galinhas de granja né não, eu não troco o peixe por nada. o mar é nossa sobrevivência, se a gente não conseguir mais pescar, vamos morrer de fome? A gente tem que ter respeito pela natureza, quem tá acabando com a natureza não é o índio não, é o branco.*

A escassez de peixes, ao longo dos anos, também se atrelou ao desaparecimento ou mesmo à extinção de alguns destes animais, na região da RESEX CORUMBAU. Durante a entrevista, a maior parte dos pescadores confirmou o desaparecimento de alguns peixes. Entre os entrevistados, duas pessoas afirmaram considerar que está mais difícil de encontrar alguns peixes, não tendo sido extinta nenhuma espécie na região, embora a maioria note o contrário.

Podem ser citados alguns dos peixes que desapareceram da região e não são mais encontrados – sendo encontrados apenas em raríssimas ocasiões, de acordo com os pescadores: calafate, samucanga, tainha, além de peixes como a pescada, a qual pescava-se comumente e hoje não é possível pescá-la com linha, o xareu, canapú, e o bonito, peixes que, de acordo com um pescador,

eram encontrados antigamente e hoje não é possível. Uma fala aponta também para o sumiço de outros animais, como as tartarugas.

Os últimos pontos analisados pela atual pesquisa envolvem as medidas tomadas nos períodos recentes em vias do freio à escassez de peixes na RESEX CORUMBAU. De acordo com as falas dos pescadores, pode-se inferir que há o respeito ao período de defeso. Quanto a isto, pode se tomar a fala do experiente pescador Tide:

R: *De várias qualidades né, mas aqui nós respeita a RESEX, se nós não respeitasse nós também já tava sambando, mas nós respeita o defeso do camarão, o budião aqui nós não pega, porque nós não tem rede, ninguém vai mergulhar pra pegar ele, o badejo só pega de mergulho, e quem mergulhar pra pegar ele de linha é doido, o vermelho também ele quando a gente vai pescar os pequenos de 400 gramas, 300 gramas a gente solta, não traz, a saioba da mesma forma, os badejos também de 60 centímetro a gente solta, a gente não traz, e várias qualidades de peixe que a gente solta né. Agora nós é sempre respeitamos os direitos dos peixes, da natureza.*

Quanto a este quesito, todos os sete entrevistados pontuaram quanto a problemas trazidos pela determinação do período de desova, o defeso, desta região. Nas entrevistas, foram notórias ideias que compreendem este período como negativo, ruim aos pescadores, embora grande parte dos entrevistados o entenda como necessário. Entre os sete entrevistados, seis teceram críticas aos resultados do período do defeso, no contexto de sua subsistência, sobrevivência – denotaram dificuldades por conta do período. Somente um entrevistado (Dondi) comentou sobre o lado positivo do período, descrevendo-o como um avanço, sem fazer críticas à determinação:

R: *De alguma maneira tem surtido algum efeito, porque pelo menos quando está esse período que os camarões estão desovando, é um grande avanço por que aí não tem tanto desperdício do camarão miúdo, quando ta em período que não pode baloar, os camarões crescem, e se não tiver esse período aí eles pegam muito camarão miúdo e aí desperdiçam muito camarão.*

As falas de Quequeu (R1), Jovita (R2) e Quinha (R3) sintetizam em parte o que foi dito pela maioria dos entrevistados:

R1: *É importante o período do defeso, porque se não fosse o período do defeso, eu vou falar assim em relação a algumas espécies que tem o defeso, por um lado também trouxe desconforto para alguns né, mas na minha opinião, particularmente eu acho que foi bom porque se não fosse o defeso algumas espécies já não existiriam mais, o defeso é o período de reprodução da espécie né de reprodução, os pescadores de Cumuru respeitam o período do defeso, mas às vezes a garantia dele é um seguro que ele faz, o seguro ele não recebe. E aí ele não pode ali dar um lance, como é que fica a situação do pescador? Então é isso que eu falo, tem que ter um suporte para a profissão dele, o período do defeso é bom mas, fecha a pesca e os pescadores fica tudo de braço cruzado, porque tem certos pescadores que não sabem fazer mais nada, tem muitos pescadores que ainda trabalham de pedreiros ou outros tipos de trabalho, mas tem outros que não, só sobrevivem do mar, e a gama maior de pescadores é essa, porque se ele pegar o barco dele e ir pescar nesse período, o barco pode ir preso, ele pode levar processo, pode perder a carteira, então como é que esses pescadores vão sobreviver? Então essas instituições, assim como criou o defeso de proteção pro peixe, devia também criar um meio do pescador sobreviver nesse período, existe o seguro defeso, mas nem todos recebem. Tem que ter pessoas da classe pra brigar pela classe. Porque nem todos tem dinheiro pra pagar a carteira pra receber o seguro.*

R2: *Eu ainda não me acostumei com isso ainda, porque a época que fecha ninguém pode colocar o pé lá no mar, isso aí é um grande erro, como é que a gente vai sobreviver? fica fechado e ninguém entra, aí quando abre vai todo mundo de uma vez.*

R3: *O defeso pra mim acho que tinha que mudar o do mês de abril, essa tá errado, porque em abril era o momento de nós tá pescando, aí a pesca tá fechada.*

Pode se inferir que, apesar das vantagens obtidas através da determinação do período de defeso, nota-se críticas que tocam o período o qual foi estabelecido, também quanto à forma em que acontece, dado que o retorno às atividades pesqueiras leva a uma súbita elevação na quantidade de pessoas pescando, gerando mais desequilíbrio, e que abordam o caso dos pescadores que têm a atividade como labor primário de sustentação e que, durante este período, passam a ficar sem

trabalho e sem ter como se alimentar – medida que seria facilitada através de uma melhor adesão aos programas e benefícios voltados à pesca artesanal, dentre os quais, cita-se a garantia de renda extra durante o período de defeso.

Assim, todos os problemas elencados pelo atual texto, ligados à iminente questão da escassez, reforçam a importância de se considerar as especificidades sociais, políticas e econômicas na região. Observa-se que o atual trabalho se voltou à análise de uma comunidade, embora muitos destes pontos são pertinentes a outras pessoas, a outras comunidades, em condições de pobreza ou de desamparo.

As falas dos pescadores expõem considerações diversas sobre a escassez, devendo ser debatidas, investigadas e analisadas, pois são expressões do processo vivido por estes indivíduos, os quais se encontram inseridos em uma série de questões que vão, obviamente, muito além da sua própria sobrevivência; ao que se fala em fim de culturas e do fim de tradições de povos – embora, nem por isso, a sobrevivência destas pessoas se faria menos importante.

O problema da escassez, ligado à pesca artesanal, é descrito no texto de Netto, Nunes e Albino: “o modelo econômico brasileiro dos últimos anos, concentrador de renda e voltado para exportação de grandes empresas, veio acentuar o abandono por que passa a pequena produção tanto agrícola, quanto pesqueira, em particular a pesca artesanal” (NETTO; NUNES; ALBINO, 2018, p. 93).

Desta maneira, a pesquisa também reforça para a importância das questões de inclusão, observado que se constata o afastamento dos benefícios a que se tem direito, por parte dos pescadores, como também se nota a falta de acesso às informações e à educação formal. Corroborar a este pensamento o que foi colocado por Alencar e Maia:

É possível que a variável escolaridade, em seus componentes “Analfabetos (ANF)” e “Ensino Fundamental Incompleto (EFI)”, que totalizam juntas 83,62% dos pescadores brasileiros registrados, seja responsável pela baixa eficácia das políticas públicas aplicadas ao setor pesqueiro. Por outro lado, esse fato pode estar relacionado à facilidade de aporte de pessoas que, por absoluta falta de opção, ingressam na atividade pesqueira, alimentando assim o paradigma da pesca e da pobreza. Nesse aspecto, o padrão nacional se repete em todas as regiões onde a maioria dos pescadores apresenta o Ensino Fundamental incompleto. Essa categoria de escolaridade atinge seu menor valor na região Sudeste (71,5% dos pescadores) e seu maior valor na região Nordeste (82,8%) (ALENCAR; MAIA, 2011, p. 18).

Enfim, a partir das análises promovidas em texto, denota-se questões ou problemas ligados à forma de efetivação da atividade de pesca por parte dos moradores desta comunidade: (1) há uma concorrência com outros pescadores vindos de fora da RESEX, nos anos mais recentes, (2) há a concorrência das técnicas tradicionais com as mais recentes, as quais, geram maior impacto ambiental, (3) há dificuldade em se associar e registrar-se aos órgãos de pesca, e há, sobretudo, (4) uma ainda vigente ameaça sobre a cultura artesanal da pesca deste povo, a qual perde espaço e força cotidianamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises aqui levantadas e debatidas permitiram compreender de maneira mais ampla acerca das dificuldades encontradas pelos indígenas pescadores da comunidade da RESEX CORUMBAU diante da escassez de peixes que tem sido notada nas últimas décadas. As falas dos pescadores, coletadas através de entrevistas feitas presencialmente, conferem veracidade às informações e favorecem no entendimento de variadas amplitudes associadas ao problema identificado – e confirmado pelos pescadores entrevistados.

A atual pesquisa serve como um guia para esclarecer sobre algumas das questões culturais, sociais e ambientais ligadas à escassez de peixes na RESEX CORUMBAU. Os resultados aquilatados não dariam fim a uma questão tão complexa, mas sem dúvidas fornecem maior espaço para que se conheça estes problemas, em vias de solucioná-los. Este texto reitera a importância da produção de mais pesquisas sobre o tema.

Pontua-se que as mudanças – oriundas, mesmo quando indiretamente da globalização, especialmente nas décadas mais recentes, afetaram a relação do pescador com o seu trabalho e isso ressoou na vida da comunidade, na vida destes indivíduos, considerando, notadamente, que a atividade se liga ao consumo das pessoas, à alimentação básica; à sua sobrevivência.

A escassez de peixes é um problema ambiental mal estruturado, ou seja, de difícil resolução, portanto não há mecanismo para acabar completamente com essa escassez, mas podem ser formuladas medidas para controlá-la e gerenciá-la para garantir a sustentabilidade das pescarias futuras.

Por fim, são recomendadas as seguintes medidas no TI Comexatibá: fiscalização efetiva das áreas protegidas e ações voltadas para a educação ambiental referente à proteção dos recursos pesqueiros.

As fiscalizações, quando feitas adequadamente, podem minimizar os problemas. Não adianta ter regras se elas não são fiscalizadas, sendo que as pessoas tendem a burlá-las. Dessa maneira, deve-se procurar por maneiras de penalizar os indivíduos, por exemplo: quem for pego no ato de invasão do território marítimo deve ter seu barco apreendido por um tempo determinado, ou ser

taxado com quantia determinada, não devendo ficar impune. A fiscalização também pode ocorrer adotando uma lógica participativa da comunidade pesqueira.

Sendo assim, é essencial investir em treinamento especializado em fiscalização para a comunidade, uma capacitação de fiscalização compartilhada. Outra forma de ajudar a resolver esse problema é começar na base, ou seja, nas escolas. Confeccionar cartilhas com conteúdo referente à preservação do recurso pesqueiro, para gerar conscientização sobre a degradação do meio ambiente pesqueiro e mostrar a importância desse recurso para a economia local, pois a pesca é uma das bases de produção da comunidade. Após a confecção dessas cartilhas, levá-las nas escolas e disponibilizar para as crianças; também seria interessante incluir a conservação dos recursos pesqueiros como disciplina no currículo das escolas locais.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Alexandre Gomes de; MAIA, Luis Parente. Perfil socioeconômico dos pescadores Brasileiros. **Arquivos de Ciências do Mar**, Fortaleza, v.44, n.3, p.12-19, 2011.
- ALLEGRETTI, M. Política de uso dos recursos naturais renováveis: Amazônia e o extrativismo. **Revista de Administração Pública**, n. 126, p. 145-162, 1992.
- BALLESTEROS, H. M.; ALCOFORADO, I. Tragédia dos Commons e os direitos de propriedade: com Hardin, além de Hardin. *In*: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 8. **Anais [...]**. Cuiabá – MT. 2009. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://docero.com.br/doc/xvnen0&ved=2ahUKEwIj0qrT_Zf1AhX0pJUCHRDRBTEQFnoECAMQAQ&usg=AOvVaw003A4_KnRCrLkezoEeFS7R. Acesso em: 31 set. 2021.
- BALLESTEROS, H. M.; GUEDES, R. G. ALCOFORADO, I.; GARCÍA-NEGRO, M. **Revisão teórica das cotas transferíveis individuais (individual transferable quotas, ITQs) como ferramenta de gestão da pesca**. 2013. doi: 10.13140/2.1.4238.2080. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.academia.edu/20491776/POSTER_Revis%25C3%25A3o_Te%25C3%25B3rica_das_Cotas_Transfer%25C3%25ADveis_Individuais_Individual_Transferable_Quotas_ITQs_como_ferramenta_de_gest%25C3%25A3o_da_pesca&ved=2ahUKEwixua2X_pf1AhWzqpUCHVaRCKgQFnoECAQQAQ&usg=AOvVaw07YutOudxEr_nNWWUV9ewN. Acesso em: 15 nov. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 21 dez.1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm. Acesso em: 12 mar. 2021.
- _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Solicitar Seguro Defeso: Pescador Artesanal**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-seguro-desemprego-do-pescador-artesanal>. Acesso em: 29 set. 2021.
- BUCCI, Tiago M. **Implementação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau-Ba**: relações de atores e processos de mudanças. Bahia, Universidade Estadual de Santa Cruz, Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. 2009. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/200760100D.pdf&ved=2ahUKEwjc7YOb_Zf1AhXJqJUCHZU4DrIQFnoECAcQAQ&usg=AOvVaw10GNyBOMCPSFcqlbuQg2jG. Acesso em: 22 out. 2021.
- CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 14, p. 15-33, 2011.
- CARNEIRO, Cristiana. O estudo de casos múltiplos: estratégia de pesquisa em psicanálise e educação. **Psicologia USP** [online]. 2018, v. 29, n. 2, p. 314-321. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-656420170151>. Acesso em: 13 out. 2021.

- CARNEIRO, Edilton Borges. **A inconstitucionalidade da redução de terras indígenas no processo demarcatório por caracterizar remoção**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. 2006. Disponível em: <http://www.pos.uea.edu.br/data/direitoambiental/dissertação/7-2.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. A natureza em pessoa: sobre outras práticas de conhecimento. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 115-144, 2007.
- CASTRO, Laura; FONSECA, Cacá (Orgs.). **Kijêtxawê Zabelê: Aldeia Kaí**. Salvador: Sociedade da Prensa/EDTÓRA, 2019.
- CERDEIRA, Regina G. P.; RUFFINO, Mauro L.; ISAAC, Victoria J. Consumo de pescado e outros alimentos pela população ribeirinha do Lago Grande de Monte Alegre, PA – Brasil. **Acta Amazônica**, vol. 27, n.3, p. 213-228, 1997.
- CORDELL, John. **Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia**. 1989. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/textocordell.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- CORRÊA, S. C. H.; GOSLING, M. de S. Grounded theory: uma abordagem metodológica congruente com a pesquisa em Turismo. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, n. 124, p. 839-859, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i4p839>.
- CRUZ, Igor de Carvalho. **Novas experiências de consumo por e-commerce durante a pandemia em Salvador**. 2021, 51 f. TCC (Graduação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia. Salvador, 2021.
- FAO. FAOSTAT – **Food and Agriculture Organization of the United Nations**. Disponível em: <http://faostat.fao.org/site/377/DesktopDefault.aspx?PageID=377#ancor>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- FERREIRA, Marcos Vinícius Cortes; ANDRADE, Liza Maria Souza de; MENEZES, Paulo Dimas Rocha de. Por um território terrestre da reserva extrativista marinha do Corumbau: o caso de Caraíva. **Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo**, n. 22, p. 172-181, 17 dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n22.2018.12>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/25729>. Acesso em: 24 fev. 2021.
- FUNAI. **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação terra indígena Comexatibá (Cahy/Pequi), Município de Prado (BA)**. Portaria nº 1.455/PRES, de 29 de novembro de 2006 e complementares. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/relatorio_funai.pdf. Acesso em: 24 out. 2021.
- GINTIS, H.; BOWLES, S.; BOYD, R.; FEHR, E. **Moral sentiments and material interests: the foundations of cooperation in economic life**. Cambridge MA: MIT Press, 2005.
- GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory**. New York: Aldene de Gruyter, 1967.

HAIMOVICI, M.; MACEIRA, R. P. Observações sobre seleção a bordo e rejeição na pesca de arrasto de fundo no Rio Grande do Sul. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA*. 1981. Recife, 1981. **Anais** [...]. p.401-412. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.fao.org/3/AB465P/AB465P39.htm&ved=2ahUKEwju5KCAipz1AhX1pZUCHf4RCN8QFnoECAsQAQ&usg=AOvVaw0KfzjAC0aYkT-dNTMo_rCF. Acesso em: 14 out. 2021.

HARDIN, Garrett. **A tragédia dos comuns**. 1968. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=1653315>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ICMBIO. **Plano de manejo - fase I da reserva extrativista Marinha do Corumbau - BA**. [S.l.]: [S.n.], 2002. p. 1-15.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p.189-205, mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MACÊDO, Amanda Machado; OLIVEIRA, Priscila da Costa; BRASIL, Marília Carvalho; WENDHAUSEN, Enimar Jerônimo. Economia indígena: os modos de produzir e viver dos Ticuna na cidade de Tabatinga AM. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 19, 2014. **Anais** [...]. São Pedro/SP, 2014. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/2255/2210>. Acesso em: 20 Jun. 2021.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valorização. Trad. Mauricio Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

MCMURTRY, J. **What is good? what is bad? the value of all values across time, places, and theories**. Oxford: UNESCO; Encyclopedia of Life Support Systems, 2008. (Philosophy and World Problems, v. I-III). Disponível em: <https://bsahely.com/2018/06/09/what-is-good-what-is-bad-the-value-of-all-values-through-time-place-and-theories-by-prof-john-mcmurtry/>. Acesso em: 24 out. 2021.

MOURA, R. L.; DUTRA, G. F.; FRANCINI-FILHO, R. B.; MINTE-VERA, C. V.; CURADO, I. B.; GUIMARÃES, F. J.; OLIVEIRA, R. F.; ALVES, D. C. Gestão do uso de recursos pesqueiros na reserva extrativista marinha do Corumbau, Bahia. *In: MMA/SBF. (Org.). Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira*. 4. ed. Brasília: Série Áreas Protegidas, 2007. V. 1, p. 169-181.

MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. **Finanças públicas**: teoria e prática. São Paulo: Campus/USP, 1980.

NETTO, R. F.; NUNES, A. G. A.; ALBINO, J. A pesca realizada na comunidade de pescadores artesanais de Santa Cruz / ES – Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 93 – 100, 2002.

_____. A pesca realizada na comunidade de pescadores artesanais de Santa Cruz/ES - Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, [S.l.], v. 28, n. 1, p. 93-100, jun. 2018. Disponível em: <https://www.pesca.sp.gov.br/boletim/index.php/bip/article/view/Neto>. Acesso em: 01 nov. 2021.

OSTROM, E. Toward a behavioral theory linking trust, reciprocity and reputation. *In*: OSTROM, E.; WALKER (ed.). **Trust and reciprocity: interdisciplinary lessons for experimental research**. New York: Russell Sage Foundation, 2003.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanaxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni: povos indígenas diferenciados ou subgrupos de uma mesma nação? uma proposta de reflexão. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 4, p. 173-187, 1994.

_____. **O tempo de dor e de trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo, 1998.

_____. As crianças indígenas e a formação de agentes transculturais: o comércio de kurukas na Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. **Revista de Estudos e Pesquisas - Funai**, v. 3, n. 1/2, p. 41-105, 2006.

PRATAVIEIRA, Fernanda J. **A redução da captura da fauna acompanhante da pesca de arrasto de camarão como ferramenta para gestão pesqueira na reserva extrativista marinha do Corumbau, Bahia**. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/41000>. Acesso em: 21 out. 2021.

RAZERA, J. C. C.; BOCCARDO, L.; PEREIRA, J. P. R. Percepções sobre a fauna em estudantes indígenas de uma tribo tupinambá no Brasil: um caso de etnozootologia. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias - REEC**, v. 5, n. 3, p. 466-80, 2006.

SABOURIN, Eric. Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. **Sustentabilidade em Debate**. 2010. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/1689/1311>. Acesso em: 10 maio 2021.

SCHRÖDER, Peter. **Economia indígena: situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

SILVA, Andréa Leme da. Comida de gente: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil). **Revista de Antropologia** [online]. 2007, v. 50, n. 1, pp. 125-179. Epub 29 Set 2008. ISSN 0034-7701. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-77012007000100004>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012007000100004>. Acesso em: 17 jun. 2021.

SOARES, S. M. Análise da cláusula de conservação dos recursos naturais renováveis nos contratos agrários nominados. **Revista Anhanguera**, Goiânia, 31, 13-41, 2002. Disponível em: https://anhanguera.edu.br/wp-content/uploads/cap_01_2002.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

SOUZA, Ana Hilda Carvalho; *et al.* A relação dos indígenas com a natureza como contribuição à sustentabilidade ambiental: uma revisão da literatura. **Revista Destaques Acadêmicos**, [S.l.], v. 7, n. 2, jun. 2015. ISSN 2176-3070. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/465>. Acesso em: 10 maio 2021.

VIEIRA, F. C. B.; KALHIL, J. B.; RUIZ, M. A. Percepção ambiental: contribuições e práticas indígenas para o ensino de ciências no baixo Rio Negro. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 8, n. 10, 2012. DOI: 10.17271/198008278102012345. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/345. Acesso em: 17 out. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman; 2015.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO BASE PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1. Qual o seu nome?**
- 2. Qual sua idade?**
- 3. Tem filhos? Se sim, quantos?**
- 4. Estado Civil?**
- 5. Qual povo e aldeia?**
- 6. Qual seu nível de escolaridade?**
- 7. Mora em Cumuruxatiba há quanto tempo?**
- 8. É pescador ou pescadora? Possui outra profissão?**
- 9. Quem te ensinou a pescar? Quando começou?**
- 10. Possui carteirinha de pescador?**
- 11. Faz parte da associação de pescadores?**
- 12. Quais suas técnicas?**
- 13. Qual o tipo de embarcação?**
- 14. Qual a localidade da pesca?**
- 15. O que faz com o peixe pescado?**
- 16. Quais tipos de peixes preferem pescar?**
- 17. Você já ensinou outras pessoas a pescar?**
- 18. Qual a importância da pesca em sua vida?**
- 19. Você percebeu se está ocorrendo alguma falta/escassez de peixes na região? Se sim, quando mais ou menos começou a escassez?**
- 20. O que você acha que está causando essa escassez?**
- 21. Quais os impactos dessa escassez para a comunidade?**
- 22. Algum peixe já foi extinto?**
- 23. O que você acha do período de desova feito pelos pesquisadores? Acha que tem surtido algum efeito?**

APÊNDICE B – IMAGENS DAS EMBARCAÇÕES UTILIZADAS PELOS PESCADORES DA REGIÃO

Figura 3 – Canoas utilizadas pelos pescadores da região



Fonte: imagem da autora.

Figura 4 – Canoas e barcos à motor, utilizados pelos pescadores da região



Fonte: imagem da autora.

Figura 5 – Barcos a motor utilizados pelos pescadores da região



Fonte: imagem da autora.

Figura 6 – Canoas utilizadas pelos pescadores da região



Fonte: imagem da autora.

Figura 7 – Canoas utilizadas pelos pescadores da região, maré baixa.



Fonte: imagem da autora.

ANEXO A – QUADRO DA DISTRIBUIÇÃO DA FROTA CADASTRADA NAS REGIÕES NORTE, SUL E EXTREMO-SUL DO ESTADO DA BAHIA, POR MUNICÍPIO, NO ANO DE 2007 (ATÉ JUNHO)

Quadro 13 – Distribuição da frota cadastrada nas regiões Norte, Sul e Extremo-Sul do estado da Bahia, por município, no ano de 2007 (Até junho)

Municípios	Bote a remo	Canoa a remo	Bote de alumínio	Jangada	Bote a vela	Bote motorizado	Canoa a motor	Saveiro	Total	%
Jandaira	12	41	0	6	13	4	0	17	93	1
Conde	88	31	0	6	3	1	0	4	133	2
Esplanada	12	8	0	0	2	0	0	2	24	0
Entre Rios	4	0	1	13	0	0	0	0	18	0
Mata de São João	28	0	2	20	0	2	0	2	54	1
Camaçari	12	3	18	0	0	5	0	5	43	1
Lauro De Freitas	1	0	14	10	0	3	0	3	31	0
Salvador	413	453	102	4	48	194	2	244	1460	17
Simões Filho	20	100	0	0	7	0	0	7	134	2
Madre De Deus	5	170	8	0	12	35	3	50	283	3
Candeias	2	143	1	0	8	0	0	8	162	2
São Francisco Do Conde	10	354	14	0	16	8	1	25	428	5
Santo Amaro	1	237	0	0	0	2	0	2	242	3
Saubara	2	134	3	0	6	12	0	18	175	2
Cachoeira	1	300	0	0	1	0	0	1	303	4
Maragogipe	1	835	0	0	0	2	0	2	840	10
Salina Das Margaridas	1	289	8	0	3	3	0	6	310	4
Itaparica	82	64	4	0	34	13	0	47	244	3
Vera Cruz	19	269	7	4	34	56	0	90	479	6
Nazaré	12	36	0	0	0	0	0	0	48	1
Aratuípe	0	107	0	0	0	0	0	0	107	1
Jaguaripe	0	261	1	0	1	1	0	2	266	3
Valença	0	127	0	0	0	2	0	2	131	2
Taperoa	0	112	0	0	0	1	0	1	114	1
Nilo Peçanha	0	145	0	0	0	1	0	1	147	2
Ituberá	0	113	0	0	1	0	0	1	115	1
Igrapiúna	1	231	0	0	0	0	0	0	232	3
Camamu	8	595	0	0	1	1	0	2	607	7

Marau	10	199	1	0	0	2	0	2	214	3
Itacaré	0	10	5	0	0	1	0	1	17	0
Uruçuca	0	0	0	15	0	0	0	0	15	0
Ihéus	2	50	0	26	0	5	0	5	88	1
Una	33	33	1	0	0	0	0	0	67	1
Canavieiras	2	144	0	0	0	9	0	9	164	2
Belmonte	0	43	0	0	0	4	18	22	87	1
São Cruz De Cabrália	1	8	0	0	4	2	0	6	21	0
Porto Seguro	5	37	0	0	2	50	0	52	146	2
Prado	61	67	1	0	0	21	0	21	171	2
Alcobaça	5	18	0	0	0	2	0	2	27	0
Caravelas	23	20	0	0	3	26	0	29	101	1
Nova Viçosa	37	11	0	0	0	7	0	7	62	1
Mucuri	105	7	5	0	0	8	0	8	133	2
São Félix	0	4	0	0	0	0	0	0	4	0
TOTAL	1.019	5.809	196	104	199	483	24	706	8.540	100,0
%	11,9	68,0	2,3	1,2	2,3	5,7	0,3	8,3	100,0	

Fonte: dados cedidos pela Bahia Pesca (2007).

ANEXO B – QUADRO DOS NOMES COMUM E CIENTÍFICO DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES CAPTURADAS PELA FROTA PESQUEIRA DO ESTADO DA BAHIA

Quadro 14 – Nome comum e nome científico das principais espécies capturadas pela frota pesqueira do estado da Bahia

Nome Comum	Nome Científico	Família	Nome Nacional
Agulha	<i>Strongylura</i> spp.	Belontiidae	Peixe-agulha
Albacora	<i>Thunnus</i> spp.	Scombridae	Albacora
Arabaiana	<i>Seriola</i> spp.	Carangidae	Aracimbora
Ariacó	<i>Lutjanus synagris</i>	Lutjanidae	Ariacó
Arraia	Várias espécies	-	Arraia
Bagre	<i>Arius</i> spp.	Ariidae	Bagre
Beijupirá	<i>Rachycentron canadum</i>	Rachycentridae	Beijupirá
Biquara	<i>Haemulon</i> spp.	Haemulidae	Biquara
Bonito	<i>Euthynnus alletteratus</i>	Scombridae	Bonito-pintado
Cação	Várias espécies	-	Cação
Caico	Peixes pequenos diversos	-	-
Camarões	<i>Peneaus</i> spp.	Penaeidae	-
Camurim	<i>Centropomus</i> spp.	Centropomidae	Camurim
Camurupim	<i>Tarpon atlanticus</i>	Megalopidae	Camurupim
Cangulo	<i>Balistes vetula</i>	Balistidae	Cangulo
Carapitanga	<i>Lutjanus</i> spp.	Lutjanidae	Carapitanga
Cavala	<i>Scomberomorus cavalla</i>	Scombridae	Cavala
Cioba	<i>Lutjanus analis</i>	Lutjanidae	Cioba
Dentão	<i>Lutjanus jocu</i>	Lutjanidae	Dentão
Dourado	<i>Coryphaena hippurus</i>	Coryphaenidae	Dourado
Garoupa	<i>Epinephelus morio</i>	Serranidae	Garoupa
Garajuba/Guarajuba	<i>Caranx crysos</i>	Carangidae	Garajuba
Guaiúba	<i>Ocyurus chrysurus</i>	Lutjanidae	Guaiúba
Guaracimbora	<i>Caranx latus</i>	Carangidae	Araximbora
Lagostas	<i>Panulirus</i> sp.	Palinuridae	Lagosta
Mero	<i>Epinephelus itajara</i>	Serranidae	Mero
Outros	Diversas espécies	-	Usar “Outros”
Palombeta	<i>Chloroscombrus chrysurus</i>	Carangidae	Palombeta
Pargo	<i>Lutjanus purpureus</i>	Lutjanidae	Pargo-verdadeiro
Pescadas	<i>Cynoscion</i> spp.	Sciaenidae	Pescada
Polvo	<i>Octopus</i> spp.	Octopodidae	-
Sardinha	Várias espécies	Clupeidae	Sardinha
Serra	<i>Scomberomorus brasiliensis</i>	Scombridae	Serra
Sirigado	<i>Epinephelus</i> spp.	Serranidae	Serigado
Vermelho	<i>Lutjanus</i> spp.	Lutjanidae	Vermelho
Xaréu	<i>Caranx</i> spp.; <i>Carangoides</i> spp	Carangidae	Xaréu

Fonte: dados cedidos pela Bahia Pesca (2007).